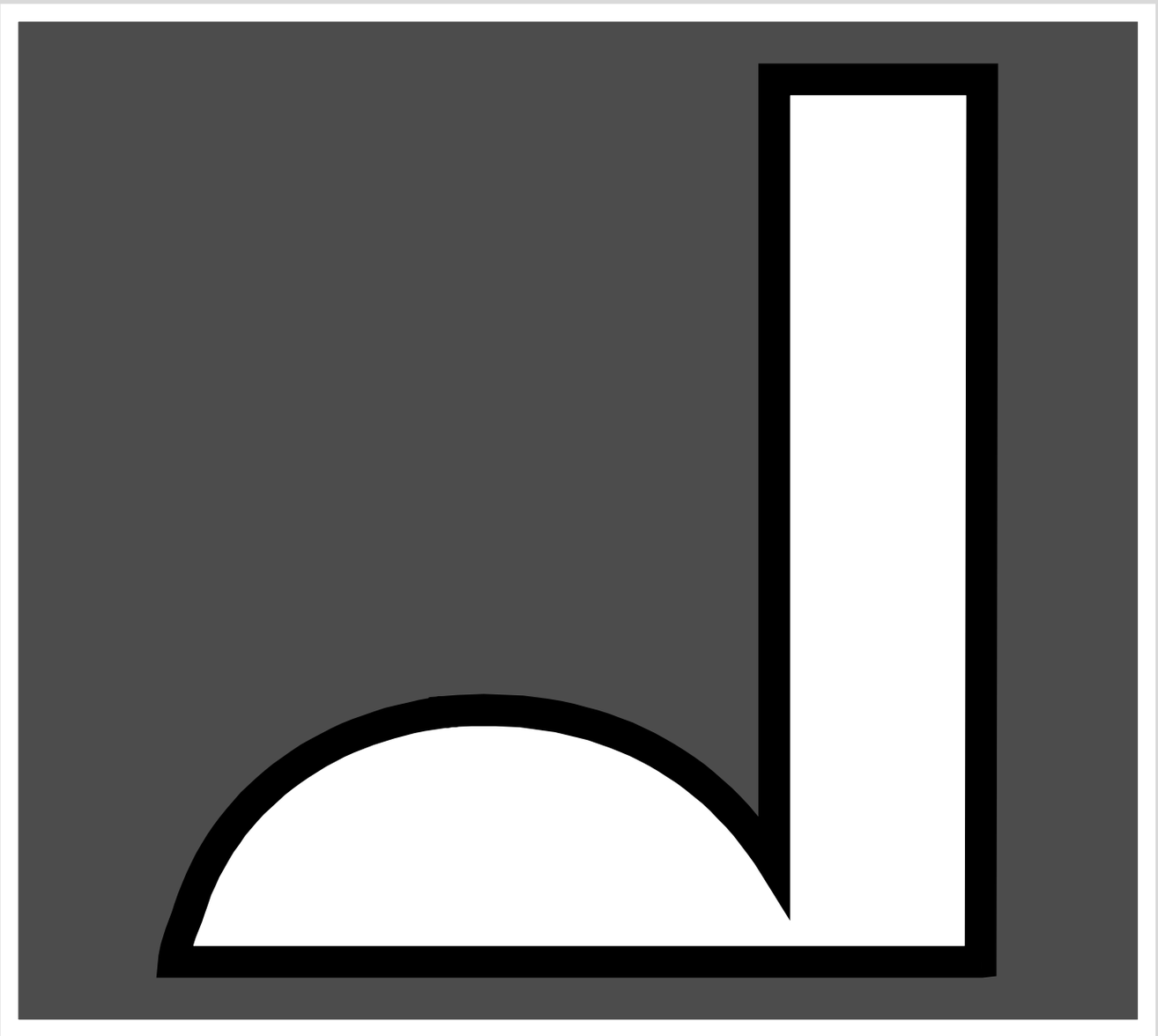
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 144 – TERÇA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO , DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente (3) *Ramez Tebet – PMDB – MS* **1º Vice-Presidente** *Edison Lobão – PFL – MA* **2º Vice-Presidente** *Antonio Carlos Valadares – PSB – SE* **1º Secretário** *Carlos Wilson – PTB – PE* **2º Secretário** *Antero Paes de Barros – PSDB – MT*	**3º Secretário** (6) *Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB* **4º Secretário** *Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR* **Suplentes de Secretário** *1º Alberto Silva – PMDB – PI* *2º Marluce Pinto – PMDB – RR* *3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE* *4º Vago* (5) *– PSDB – RJ*
CORREGEDORIA PARLAMENTAR **Corregedor**(1) *Romeu Tuma – PFL – SP* **Corregedores Substitutos**(1) *Vago* (4) *Vago* *Lúcio Alcântara – PSDB – CE*	**PROCURADORIA PARLAMENTAR** **Procuradores**(2) *Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS* *Gerson Camata – PMDB – ES* *Bernardo Cabral – PFL – AM* *Eduardo Siqueira Campos - PSBD - TO* *Jefferson Péres – Bloco Oposição - AM*

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 15	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10
Líder *Artur da Távola* **Vice-Líder** *Romero Jucá* *Eduardo Siqueira Campos* **LIDERANÇA DO PMDB – 24** **Líder** *Renan Calheiros* **Vice-Líderes** *Nabor Júnior* *Gilberto Mestrinho* *Juvêncio da Fonseca* *Gilvam Borges* *Marluce Pinto* *Amir Lando* *Alberto Silva*	**Líder** *Geraldo Melo* **Vice-Líderes** *Vago* *Romero Jucá* *Vago* *Freitas Neto* *Vago* **LIDERANÇA DO PFL – 18** **Líder** *José Agripino* **Vice-Líderes** *Francelino Pereira* *Romeu Tuma* *Leomar Quintanilha* *Moreira Mendes* *Maria do Carmo Alves* *Bello Parga*	**Líder** *Eduardo Suplicy* **Vice-Líderes** *Emília Fernandes* *Tião Viana* *Roberto Freire* **LIDERANÇA DO PDT – 4** **Líder** *Sebastião Rocha* **Vice-Líder** *Álvaro Dias* **LIDERANÇA DO PTB – 5** **Líder** *Carlos Patrocínio* **Vice-Líder** *Arlindo Porto* **LIDERANÇA DO PSB – 3** **Líder** *Ademir Andrade* **Vice-Líder** *Paulo Hartung* **LIDERANÇA DO PL – 1** **Líder** *José Alencar*

(1) Reeleitos em 2/04/1997
(2) Designação: 27/06/2001
(3) Eleito em 20/09/2001
(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal
(5) O Senador Nilo Teixeira Campos deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular
(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	*Raimundo Carreiro Silva* Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	*Márcia Maria Corrêa de Azevedo* Diretora da Subsecretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	*Denise Ortega de Baere* Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 9.10.2002

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 139ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 333, de 2002 (nº 1.026/2002, na origem), de 27 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, sancionado e transformado na Lei nº 10.577, de 27 de novembro de 2002. 23253

1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 740, de 2002, de 28 de novembro último, comunicando que foram aprovadas as Emendas nº 1 e 4, e rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002 **(Medida Provisória nº 69, de 2002, do Poder Executivo)**, o qual dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências. À Comissão Mista para os efeitos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. 23253

Nº 741, de 2002, de 28 de novembro último, comunicando que foi aprovada a Emenda Única oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002 **(Medida Provisória nº 61, de 2002, do Poder Executivo)**, o qual dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo. À Comissão Mista para os efeitos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. 23253

Nº 743, de 2002, de 28 de novembro último, submetendo à apreciação do Senado Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a **Medida Provisória nº 72, de 2002**, que abre crédito extraordinário, no valor de duzentos e oito milhões de reais, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas Energia, para os fins que especifica. 23254

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Inclusão na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 3, com aquiescência das Lideranças, da Medida Provisória nº 72, de 2002, recebida formalmente pelo Senado Federal nesta data, e que passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação. 23267

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornélas, que altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo, aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados. 23267

Recebimento do Ofício nº S/28, de 2002 (nº 307/2002, na origem), de 25 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Estadual nº 13.270, de 27 de julho de 1999, do Estado de Minas Gerais, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Ação Cível Originária nº 580, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei estadual (cancela a adesão do Estado ao Pasep/MG). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 23267

Recebimento do Recurso nº 14, de 2002, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2002, de autoria do Sena-

dor Ricardo Santos, que altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para reduzir os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, que especifica..... 23267

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2002, objeto de recurso lido anteriormente..... 23267

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Transcurso do 27º aniversário de criação da Polícia Militar de Roraima..... 23268

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Transcrição de matérias veiculadas pela imprensa sobre a última reunião ministerial do Governo Fernando Henrique Cardoso..... 23269

SENADOR *FRANCELINO PEREIRA* – Regozijo com a comemoração dos 100 anos da publicação da obra de Euclides da Cunha "Os Sertões". Apelo por recursos destinados aos hospitais universitários, em especial ao Hospital das Clínicas de Belo Horizonte..... 23273

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 70, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Resolução nº 2, de 2002, que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for Internacional Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 23274

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações ao terceiro relatório do Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, destinado à definição de medidas que impeçam novas crises de energia..... 23275

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Homenagem ao Desembargador Cleones Carvalho Cunha pela posse, em 4 de novembro último, na Academia Maranhense de Letras Jurídicas. 23276

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Apoio à aprovação de projeto de lei de autoria de S. Exª que assegura a distribuição de leite em pó para os filhos de mães portadoras do vírus HIV..... 23283

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada. . 23284

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN

Nºs 107 a 126, de 2002. 23287

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

4 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR.....

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 139ª Sessão Não Deliberativa em 2 de dezembro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 333, de 2002 (nº 1.026/2002, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2002 (nº 5.682/2001, na Casa de origem), que prorroga o prazo constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, sancionado e transformado na Lei nº 10.577, de 27 de novembro de 2002.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PS-GSE/740/02

Brasília, 28 de novembro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas as Emendas nºs 1 e 4, e rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão no 28, de 2002 (MPv nº 69/02, do Poder Executivo), o qual "Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti,** Primeiro-Secretário.

O expediente lido, anexado ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2002, proveniente da Medida Provisória nº 69, de 2002, vai à Comissão Mista para os efeitos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

PS-GSE/741/02

Brasília, 28 de novembro de 2002

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foi aprovada a Emenda Única oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002 (MPv nº 61/02, do Poder Executivo), o qual "Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti,** Primeiro Secretário.

O Expediente lido, anexado ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2002, proveniente da Medida Provisória nº 61, de 2002, vai à Comissão Mista para os efeitos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Nº 743, de 2002, de 28 de novembro último, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 72, de 2002, que abre crédito extraordinário, no valor de duzentos e oito milhões de reais, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica.

É a seguinte a medida provisória recebida.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 72, DE 2002

Abre crédito extraordinário no valor de R$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

Pg

- Medida Provisória original nº 72/2002.....
- Mensagem do Presidente da República nº 864/02 .....
- Exposição de Motivo nº 352/2002, do Ministro de Estado Planejamento, Orçamento e Gestão.....
- Aviso nº 1.096/2002, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória .....
- Nota Técnica nº 113/2002, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.....
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados.....
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados .....
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 72, DE 2002

Abre crédito extraordinário, no valor de R$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Fica aberto crédito extraordinário no valor de R$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2° Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1° decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei, sendo R$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) da Reserva de Contingência.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — ...OS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRA...	F	G	P	M	D	E	VALOR
0909		**OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS**							**123.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0909 0737	**COMPLEMENTACAO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE BONUS A CONSUMIDORES RESIDENCIAIS DE ENERGIA ELETRICA, MP N. 4, DE 17/10/2001**							**123.000.000**
28 846	0909 0737 0001	COMPLEMENTACAO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE BONUS A CONSUMIDORES RESIDENCIAIS DE ENERGIA ELETRICA, MP N. 4, DE 17/10/2001 - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	123.000.000
		TOTAL - FISCAL							123.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							123.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — ...ORSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRA...	F	G	P	M	D	E	VALOR
0667		**DEFESA CIVIL**							**85.000.000**
		ATIVIDADES							
06 182	0667 4580	**ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL**							**85.000.000**
06 182	0667 4580 0865	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO NORDESTE	S	3	P	40	0	100	6.000.000
06 182	0667 4580 0869	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUL	S	3	P	40	0	100	4.900.000
06 182	0667 4580 0875	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO NORDESTE E NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	P	90	0	100	74.100.000
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							85.000.000
		TOTAL - GERAL							85.000.000

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO

ANEXO II — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	S F	D	U	E	VALOR
0905		**OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)**					**123.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS					
28 843	**0905 0252**	**DIVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP 2.139, DE 2001)**					**15.618.706**
28 843	0905 0252 0001	DIVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP 2.139, DE 2001) - NACIONAL	F	6	F	90	0	100	15.618.706
28 843	**0905 0431**	**DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ASSUNCAO, RECONHECIMENTO OU CONFISSAO DE DIVIDAS DE AUTARQUIAS, FUNDACOES, EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**					**38.237.618**
28 843	0905 0431 0001	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ASSUNCAO, RECONHECIMENTO OU CONFISSAO DE DIVIDAS DE AUTARQUIAS, FUNDACOES, EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NACIONAL	F	6	F	90	0	100	38.237.618
28 846	**0905 0453**	**DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDO OU DECISAO JUDICIAL (LC Nº 73, DE 1993 E LEI Nº 9.469, DE 1997)**					**65.902.398**
28 846	0905 0453 0001	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDO OU DECISAO JUDICIAL (LC Nº 73, DE 1993 E LEI Nº 9.469, DE 1997) - NACIONAL	F	6	F	90	0	100	65.902.398
28 843	**0905 0457**	**COBERTURA DE GARANTIA CONCEDIDA PELA UNIAO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF (LEI Nº 10.186, DE 2001)**					**3.241.278**
28 843	0905 0457 0001	COBERTURA DE GARANTIA CONCEDIDA PELA UNIAO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF (LEI Nº 10.186, DE 2001) - NACIONAL	F	6	F	90	0	100	3.241.278
		TOTAL - FISCAL					123.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					123.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	S F	D	U	E	VALOR
0999		**RESERVA DE CONTINGENCIA**					**85.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS					
99 999	**0999 0998**	**RESERVA DE CONTINGENCIA**					**85.000.000**
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	F	99	0	100	85.000.000
		TOTAL - FISCAL					85.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					85.000.000

MEDIDA PROVISÓRIA (ORIGINAL) Nº 72, DE 2002

Abre crédito extraordinário, no valor de R$ 208.000.000,00, em favor do Ministério da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória, sendo R$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) da Reserva de Contingência.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de outubro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909		OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							123.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0909 0737	COMPLEMENTACAO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE BONUS A CONSUMIDORES RESIDENCIAIS DE ENERGIA ELETRICA, MP N. 4, DE 17/10/2001							123.000.000
28 846	0909 0737 0001	COMPLEMENTACAO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE BONUS A CONSUMIDORES RESIDENCIAIS DE ENERGIA ELETRICA, MP N. 4, DE 17/10/2001 - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	123.000.000
		TOTAL - FISCAL							123.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							123.000.000

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0667 DEFESA CIVIL									85.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	0667 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL							85.000.000
06 182	0667 4580 0865	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO NORDESTE							6.000.000
			S	3	P	40	0	100	6.000.000
06 182	0667 4580 0869	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUL							4.900.000
			S	3	P	40	0	100	4.900.000
06 182	0667 4580 0875	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO NORDESTE E NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS							74.100.000
			S	3	P	90	0	100	74.100.000
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							85.000.000
		TOTAL - GERAL							85.000.000

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II — CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									123.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 843	0905 0252	DIVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP 2.139, DE 2001)							15.618.706
28 843	0905 0252 0001	DIVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP 2.139, DE 2001) - NACIONAL							15.618.706
			F	6	F	90	0	100	15.618.706
28 843	0905 0431	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ASSUNCAO, RECONHECIMENTO OU CONFISSAO DE DIVIDAS DE AUTARQUIAS, FUNDACOES, EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA							38.237.618
28 843	0905 0431 0001	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ASSUNCAO, RECONHECIMENTO OU CONFISSAO DE DIVIDAS DE AUTARQUIAS, FUNDACOES, EMPRESAS PUBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NACIONAL							38.237.618
			F	6	F	90	0	100	38.237.618
28 846	0905 0453	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDO OU DECISAO JUDICIAL (LC Nº 73, DE 1993 E LEI Nº 9.469, DE 1997)							65.902.398
28 846	0905 0453 0001	DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDO OU DECISAO JUDICIAL (LC Nº 73, DE 1993 E LEI Nº 9.469, DE 1997) - NACIONAL							65.902.398
			F	6	F	90	0	100	65.902.398
28 843	0905 0457	COBERTURA DE GARANTIA CONCEDIDA PELA UNIAO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF (LEI Nº 10.186, DE 2001)							3.241.278
28 843	0905 0457 0001	COBERTURA DE GARANTIA CONCEDIDA PELA UNIAO NO AMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF (LEI Nº 10.186, DE 2001) - NACIONAL							3.241.278
			F	6	F	90	0	100	3.241.278
		TOTAL - FISCAL							123.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							123.000.000

ORGAO : 99000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 99000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									85.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							85.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	F	99	0	100	85.000.000
		TOTAL - FISCAL							85.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							85.000.000

Mensagem nº 864, de 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 72 , de 8 de outubro de 2002, que "Abre crédito extraordinário, no valor de R$ 208.000.000,00, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica".

Brasília, 8 de outubro de 2002.

EM nº 352/MP

Brasília, 8 de outubro de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional - MI e de Minas e Energia - MME.

2. O crédito em questão visa a atender às ações emergenciais de defesa civil, mediante a concessão de Bolsa-renda, por parte do Ministério da Integração Nacional - MI, como medida para amenizar o desemprego rural, a frustração de safra, a carência de alimentos e a dizimação de rebanhos, efeitos estes que ainda perduram, em decorrência da forte estiagem ocorrida em diversos Municípios da região Nordeste e do norte de Minas Gerais. Ressalte-se que a concessão de bolsa deverá atender às prescrições contidas na Lei nº 10.458, de 14 de maio de 2002.

3. Atende ainda aos Municípios atingidos pelas fortes chuvas que ocorreram recentemente no Estado de Pernambuco, causando danos nos Municípios da Região Metropolitana do Recife, Mata Sul e Mata Norte, e nos Municípios de Barra do Guabiraba, Cortêz, Gameleira e Sirinhaém, bem como no Estado do Rio Grande do Sul, em especial nos Municípios localizados na área da Lagoa Mirim. Além de desabrigar famílias, a infra-estrutura urbana desses Municípios foi seriamente danificada, cujo custo de recuperação extrapola a capacidade de intervenção local.

4. No âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME, o crédito visa a complementar recursos necessários à cobertura de gastos com a concessão de bônus a consumidores residenciais poupadores de energia elétrica, conforme autorização contida na Lei nº 10.310, de 22 de novembro de 2001, mediante repasse às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da diferença entre a sobretarifa arrecadada e o custo do bônus.

5. A referida complementação de recursos, autorizada pela Medida Provisória nº 4, de 17 de outubro de 2001, convertida na Lei nº 10.310, de 2001, visa a preservar o equilíbrio da conta especial mantida pelas concessionárias, na qual são contabilizados os valores faturados em decorrência da aplicação das sobretarifas de energia e as despesas com a concessão de bônus, de conformidade com o § 1º do art. 20 da Medida Provisória nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001, uma vez que os recursos arrecadados em muitos casos não têm sido suficientes para a cobertura destas despesas. Cabe esclarecer que à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL compete a fiscalização das contas de cada concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e a definição do valor a ser repassado a cada uma delas.

6. O presente crédito está amparado nas disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, e será atendido com recursos oriundos do cancelamento parcial de dotações orçamentárias consignadas a Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e da Reserva de Contingência, nos montantes de R$ 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de reais) e R$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), respectivamente.

7. Esclareço, por oportuno, que as programações objeto de cancelamento de dotações relativas à divida interna alocadas em Encargos Financeiros da União, não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que houve redução das despesas com o resgate de títulos, principalmente em decorrência de sua utilização, pelos credores, nos leilões de troca por Notas do Tesouro Nacional, Série "C" ou quando da privatização de bancos estaduais.

8. A solicitação em pauta foi formalizada pelo MI, por intermédio do Aviso nº 191, de 18 de setembro de 2002, e pelo MME por meio dos Ofícios nºs 552, de 28 de maio de 2002, 918, de 27 de agosto de 2002, e 1.089, de 30 de setembro de 2002.

9. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente,

GUILHERME GOMES DIAS
Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

Aviso nº 1.096 - SAP/C. Civil.

Brasília, 8 de outubro de 2002.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 72, de 8 de outubro de 2002.

Atenciosamente,

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF

MPV Nº 72

Publicação no DO	9-10-2002
Emendas	até 15-10-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	9-10 a 22-10-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	22-10-2002
Prazo na CD	de 23-10 a 5-11-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5-11-2002
Prazo no SF	6-11 a 19-11-2002 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-11-2002
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-11 a 22-11-2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-11-2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso	7-12-2002 (60 dias)

Nota Técnica nº 113/02

Em 22 de outubro de 2002

Assunto: Subsídios para a análise da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 72, de 2002.

Interessado: Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 72, de 2002.

I – Introdução

Esta nota técnica destina-se a fornecer subsídios à análise, no que se refere à adequação financeira e orçamentária, da Medida Provisória nº 72, de 8 de outubro de 2002 (MP 72/02), que "abre crédito extraordinário, no valor de R$208.000.000,00, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica".

A MP 72/02:

• visa à concessão de Bolsa-Renda, no âmbito do Ministério da Integração Nacional – MI, como medida para amenizar o desemprego rural, a frustração de safra, a carência de alimentos e a dizimação de rebanhos, em decorrência da forte estiagem ocorrida em diversos municípios da região Nordeste e do norte de Minas Gerais; atende ainda municípios localizados no Estado de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, onde fortes chuvas desabrigaram famílias e danificaram seriamente a infra-estrutura urbana, em tal intensidade que extrapolou a capacidade de intervenção local;

• visa à complementação dos recursos necessários à cobertura de gastos com a concessão de bônus a consumidores residenciais poupadores de energia elétrica, no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME, mediante repasse às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da diferença entre a sobretarifa arrecadada e o custo do bônus.

A E.M. nº 352/MP (EM), enviada em anexo à Mensagem nº 864, de 8 de outubro de 2002, que encaminha a MP 72/02, assinala ainda:

• a concessão da Bolsa-Renda deverá atender as prescrições contidas na Lei nº 10.458, de 14 de maio de 2002;

• a concessão de bônus a consumidores residenciais encontra-se amparada na Lei nº 10.310, de 22 de novembro de 2001;

• o repasse a ser feito às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica visa a preservar o equilíbrio da conta especial mantida pelas concessionárias, na qual são contabilizados os valores faturados em decorrência da aplicação das sobre tarifas de energia e as despesas com a concessão do bônus, tudo em conformidade com a Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001;

• cabe à ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica a fiscalização das contas de cada concessionária e a definição do valor a ser repassado a cada uma delas.

No que diz respeito às fontes de recursos, a MP 72/02 esclarece que o crédito especial em análise será atendido com recursos oriundos do cancelamento parcial:

• de dotações orçamentárias consignadas a Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, no montante de R$123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de reais); e

• da Reserva de Contingência, no valor de R$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais).

Ainda sobre os cancelamentos propostos, a MP 72/02 assinala que as programações relativas à dívida interna não sofrerão prejuízo em sua execução, vez que houve redução das despesas, em função da utilização, por parte dos credores, dos títulos correspondentes nos leilões de troca por Notas do Tesouro Nacional e no processo de privatização de bancos estaduais.

O exame da compatibilidade e adequação orçamentária das medidas provisórias, consoante o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, "abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto

ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União".

A esta Consultoria compete preparar nota técnica que contribua para o exame da matéria, conforme art. 19 da mesma resolução, que determina que "o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória."

II – Análise

Preliminarmente, cabe destacar que a EM não se faz acompanhar de demonstração que as medidas adotadas não produzem efeitos na esfera da receita ou da despesa pública. Cumpre notar, ainda, que não há sequer a simples afirmação que essa condição de neutralidade estaria atendida. Em outras palavras, a EM simplesmente ignora a possibilidade de essas determinações afetarem, de alguma maneira, as metas fiscais fixadas para o ano em curso.

No que se refere ao Plano Plurianual 2000/2003, à lei de diretrizes orçamentárias para 2002 e à lei orçamentária para 2002, a MP apresenta-se, sob o ponto de vista orçamentário-financeiro, adequadamente formulada.

Vale lembrar ainda que, de acordo com o art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, não cabe nesta Nota Técnica qualquer consideração sobre o atendimento, pela MP, dos pressupostos de admissibilidade e de mérito.

Entretanto, cabe uma análise mais detalhada acerca da possibilidade de as medidas propostas afetarem o superávit primário fixado no art. 18 da lei de diretrizes orçamentárias para 2002, em atendimento ao § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Define-se superávit primário como a diferença entre a receita primária estimada na lei orçamentária anual e a despesa primária, fixada no mesmo instrumento legal. As receitas primárias originam-se, basicamente. Dos impostos, taxas e contribuições. As despesas primárias são, principalmente, aquelas com pessoal, previdência, investimentos e custeio da máquina pública.

A MP em análise cria novas despesas primárias, no âmbito dos programas Operações Especiais: Outros Encargos Especiais (complementação dos recursos para o pagamento de bônus aos consumidores de energia elétrica de baixa renda) e do programa Defesa Civil, (concessão de Bolsa-Renda). Como fonte para essas novas despesas são canceladas dotações da Reserva de Contingência e do programa Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações). As despesas canceladas, de caráter financeiro, são financiadas com fonte primária (fonte 100). Os recursos dessa fonte passarão a financiar despesas primárias. Portanto, estamos em face de um aumento de despesas primárias a ser financiado com fonte primária que já havia sido considerada no cálculo inicial do superávit primário. Nesse caso, o efeito sobre o superávit primário é negativo.

III – Conclusão

Pelo exposto, conclui-se que as providências dadas pela Medida Provisória nº 72, de 2002, afetam negativamente o resultado primário previsto para o Governo Central para 2002. Conseqüentemente, deve ser considerada como incompatível e inadequada, sob o enfoque orçamentário e financeiro. – **Carlos Mello Marshall**, Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos.

Parecer sobre a medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de medida provisória que abre crédito extraordinário, no valor 208 milhões de reais, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia.

Não há óbice algum à sua aprovação A matéria é constitucional, tem boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira.

Quanto ao mérito, nosso voto é favorável.

CÂMARA DOS DE PUTADOS
SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 72 ANO 2002

AUTOR

Ementa: Abre crédito extraordinário, no valor de R$208.000.000,00, em favor do Ministério da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica.

PODER EXECUTIVO

(MSC 864/02)

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

ANDAMENTO

	MESA
23.10.02	Despacho: Submeta-se ao Plenário: Prazos: para apresentação de emendas de 10 a 15.10.02; para tramitação: na Comissão Mista de 09 a 22.10.02, na Câmara dos Deputados de 23.10 a 05.11.02, no Senado Federal de 06 a 19.11.02, no Congresso Nacional de 09.10 a 07.12.02; para sobrestar a pauta: a partir de 23.11.02; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 08.12 a 15.12.02 + 52 (cinquenta e dois) dias.
	PLENÁRIO
26.11.02	Discussão em turno único. Transferida para a sessão extraordinária do dia 27.11.02, às 11 horas, em face do acordo entre os Senhores Líderes.
	PLENÁRIO
27.11.02	Discussão em turno único. Transferida para a Sessão Ordinária das 14 horas, em face do acordo entre os Senhores Líderes.
	PLENÁRIO (14:00 horas)
27.11.02	Discussão em turno único. Designação do Relator, Dep Professor Luizinho, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.

CONTINUA...

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 72 ANO 2002 (Verso da folha 01)

ANDAMENTO

	PLENÁRIO (14:00 horas)
27.11.02	(Obs.: continuação da página anterior).
	Encerrada a discussão.
	Votação preliminar em turno único.
	Aprovado, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, o parecer do relator da CMPOPF, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua adequação financeira e orçamentária.
	Votação, quanto ao mérito, em turno único.
	Aprovada esta MPV.
	Votação da redação final.
	Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep
	A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.
	(MPV 72-A/02).
	MESA
	Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/

OS – GSE/743/02

Brasília, 28 de novembro de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 72, de 2002, do Poder Executivo, que "Abre crédito extraordinário, no valor de R$208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti,** Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com referência à Medida Provisória nº 72, de 2002, que acaba de ser lida, a Presidência esclarece que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado desde o último dia 23. Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal nesta data, a medida provisória passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência, havendo concordância das lideranças da Casa, incluirá a matéria na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária. Antes, porém, coloca à disposição dos Srs. Senadores cópias da referida proposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotou-se, sexta-feira última, o prazo previsto, no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação do Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que altera o art. 149 do Decreto Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.

Tendo sido aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/28, de 2002 (nº 307/2002, na origem), de 25 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Estadual nº 13.270, de 27 de julho de 1999, do Estado de Minas Gerais, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos da Ação Cível Originária nº 580, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei estadual (cancela a adesão do Estado do PASEP/MG).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 14, de 2002, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para reduzir os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, que especifica.

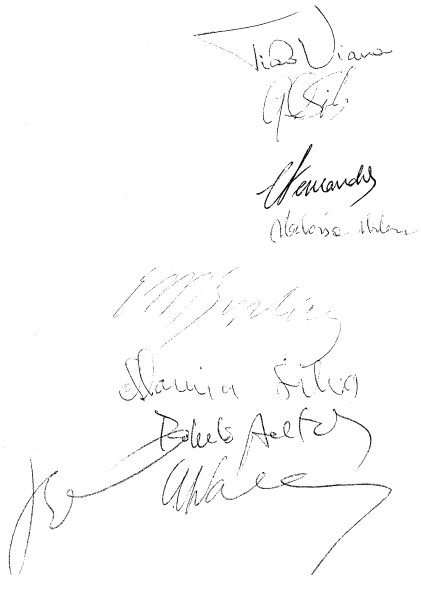
A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, **c**, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 14, DE 2002

Nos termos do disposto nos §§3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado, solicito seja submetido ao Plenário, o PLS/114/2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que altera dispositivos dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para reduzir os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, que especifica.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 2002



O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 26 de novembro próximo passado, a Polícia Militar de Roraima completou o seu 27º aniversário de criação; como não houve oportunidade, naquela data, de eu fazer da tribuna do Senado o registro dessa importante data para o nosso Estado e para a briosa corporação da Polícia Militar do Estado do Roraima, faço-o hoje, para que conste dos Anais do Senado Federal esse evento importante.

A origem da Polícia Militar de Roraima está na criação do Território Federal do Rio Branco, em setembro de 1943, desmembrado que foi do norte do Estado do Amazonas, em divisão territorial ocorrida no País, que deu origem aos Territórios do Amapá, do Guaporé, de Ponta Porã e Iguaçu, estes dois últimos revertidos aos Estados de origem pela Constituinte de 1946. Esse desmembramento feito por Getúlio Vargas foi, repito, a primeira ação de divisão territorial no sentido de ocupar e desenvolver sócio-economicamente nossas áreas de fronteira.

"No ano seguinte, pelo Decreto nº 02, de 21 de novembro de 1944, foi criada a Guarda Territorial, cuja destinação era a manutenção de ordem interna, reparação e construção de edifícios públicos, estradas e caminhos, serviços de transporte, além de outros correlatos.

Na década de 70, o Território experimentou grande desenvolvimento, aumentando os índices migratório e econômicos e, via de conseqüência, o da criminalidade, causando preocupações nas autoridades federais a ponto de adotarem medidas no campo da segurança pública para prover a Unidade Federativa então criada de uma nova organização policial.

Assim, pela Lei nº 6.270, de 26 de novembro de 1975, foi criada a Polícia Militar do Território Federal de Roraima – o Território de Rio Branco já havia mudado de nome, por iniciativa do Congresso Nacional, uma vez que causava tremenda confusão entre o Território do Rio Branco e a capital do Acre, a cidade de Rio Branco –, instituição baseada nos pilares da hierarquia e da disciplina militar, cuja missão atual, por força de dispositivo constitucional federal, é a preservação da ordem pública, por meio do exercício da atividade de policiamento ostensivo.

Em 11 de janeiro de 1977, a lei de criação da Polícia Militar de Roraima foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 79.108, sendo então efetivamente implantada a nova Polícia Militar de Roraima.

Atualmente, a corporação é comandada pelo Coronel Arnóbio Lima Bessa, tendo, como Subcomandante o Coronel Carlos Alberto Santos de Souza e como Comandante do CPCI o Coronel Raimundo Maia Filho. Para preservação diuturna da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, atua não só na capital, mas também em todos os municípios, vilas e lugarejos do Estado de Roraima.

Executa suas atividades através do 1º Batalhão de Polícia Militar em Boa Vista, comandado pelo Major QOPM Dílson Rogério Diforene Vaz, e do 2º Batalhão no interior do Estado, comandado pelo Major QOPM Waney Raimundo Vieira Filho. Contamos ainda com dois grupos especiais: o GATE e a Força Tática 26, cujos integrantes são especialmente treinados para atuar na prevenção e repressão, quando necessário, de delitos de maior monta, em qualquer ponto do Estado, a qualquer momento. A FORÇA TÁTICA atua diuturnamente e preventivamente no perímetro das agências bancárias, evitando o recrudescimento dos malfadados assaltos a bancos.

Os integrantes da Polícia Militar de Roraima são formados, aperfeiçoados e especializados em vários centros de ensino de nossas coirmãs. Entretanto, atualmente nossa Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Policiais Militares (EsFA/PM), comandada pelo Major PM Pedro Paulo Kokay Barroncas, órgão de ensino da Corporação, está estruturada para assumir todo o processo irradiador de doutrina Policial Militar.

Atualmente, já contamos com um embrião da unidade de Cavalaria da Corporação, comandada pelo Major QOPM Dílson Rogério Diforene Vaz, denominada 1º Esquadrão de Polícia Montada Inácio Lopes de Magalhães, cujas missões, além de suplementarem o Policiamento Ostensivo de rotina, possibilitará a concretização de um trabalho de cunho eminentemente social; primeiro, através de uma parceria com a SETRABES, estamos desenvolvendo um trabalho de reinserção de adolescentes no convívio social, através do projeto Galopando para o Amanhã, e outro, que é o Projeto de Equoterapia, onde trabalham com o apoio de vários órgãos do Estado, equipes de profissionais.

Atualmente, estamos [a Polícia Militar de Roraima] executando separadamente ou integrados com a Secretaria de Segurança Pública as seguintes operações: Carrossel, Cobertor, União, Faro Fino, Globo, Padrão e Impacto.

Imbuída da nobre missão de proteger a sociedade e o cidadão roraimense, a Polícia Militar de Roraima,

patrimônio do povo roraimense, rumo ao terceiro milênio, tem como lema: *Nossa vida é guardar sua vida.*"

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o registro da passagem do 27º aniversário da Polícia Militar do Estado de Roraima, o extremo setentrião deste País. Inclusive, registro aqui, finalmente, a correção do Ministério da Educação, nos livros escolares, atualizando a informação de que o extremo norte deste País não é mais o Oiapoque, no Estado do Amapá, mas o Caburaí, no Estado de Roraima. Isso se deve, Sr. Presidente, principalmente à tecnologia avançada. Por meio do GPS, pôde o Exército brasileiro – inclusive na presença de jornalistas de todo o País, especialmente da TV Globo – comprovar que o ponto extremo norte do País está localizado no monte Caburaí, no meu Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, por 20 minutos improrrogáveis.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo fazer um registro de extrema importância e que demonstra a forma como atua o Governo do Presidente Fernando Henrique.

Sexta-feira passada, participei da última reunião ministerial do Governo do Presidente Fernando Henrique, uma reunião geral. Na oportunidade, Sua Excelência fez um balanço circunstanciado dos seus oito anos de governo, sem entrar em detalhes de números, mas registrou avanços importantes do País nestes oito anos.

Como avanço fundamental, o Presidente destacou a consolidação da democracia, que fez com que tivéssemos oito anos de plena liberdade de atuação da Imprensa e da Oposição, nem sempre em termos educados e elegantes, mas de defesa das suas posições. Enfim, tivemos todos os setores participando, influindo e atuando na vida brasileira.

Sem dúvida nenhuma, estes oito anos de consolidação da democracia são coroados agora com um processo de transição que é um exemplo, para o Brasil e para o mundo, de como devem ser as transições e as mudanças de governo, principalmente com alternância de poder.

O Presidente ressaltou também a questão do combate à inflação, da estabilidade e sua necessária vigilância, a fim de que não tenhamos um retorno do processo inflacionário, como aquele que causou tantos transtornos ao longo de toda a nossa história.

Outro avanço registrado pelo Presidente foi na infra-estrutura brasileira de telecomunicações e de diversos setores. Também a melhoria e a implantação de uma rede de proteção social extremamente relevante, para cerca de mais de 40 milhões de brasileiros, Sr. Presidente, com o Bolsa-Escola, o PET, o Agente Jovem, a Bolsa Alimentação, enfim, tantos programas que precisam ter continuidade.

Assinalou também o Presidente Fernando Henrique Cardoso as dificuldades que enfrentou com o racionamento de energia, o apagão, que se propagou, mas terminou não ocorrendo, tendo em vista a luta, a união e a capacidade de reação da sociedade brasileira.

Registrou o Presidente a importância de que, no novo Governo, se dê um combate ainda maior à violência, que a segurança seja prioridade, o grande desafio do próximo ano.

Portanto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo de mais de hora e meia, explanou, de forma abrangente, as relações do Brasil com a comunidade internacional, as questões internas, as questões políticas, enfim, demonstrou que conhecia e conhece bem toda a atuação do seu Governo e a sua grandeza de espírito, a sua capacidade de liderança, a sua visão de estadista.

Ao encerrar, registro a importância desse encontro. Também notifico que o Governo do Presidente do Fernando Henrique governará até o dia 31 de dezembro e emitirá os atos necessários para a defesa do País, para a melhoria da condição do povo brasileiro.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Antes de encerrar, concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Romero Jucá, V. Exª fala como Líder do Governo, e poderia alguém até suscitar a hipótese de que, falando como Líder, V. Exª perderia um pouco a autoridade para dizer o que diz. Não, V. Exª não perde, porque fala exatamente o que está na consciência nacional. O Presidente Fernando Henrique Cardoso marcou a sua passagem pela Presidência da República com extrema correção e competência. O Brasil passou a ser um outro país visto do exterior, desde que assumiu o Governo o professor Fernando Henrique. Andei pelo mundo e vi também a repercussão de suas viagens, de sua presença nos fóruns mais importantes do mundo. Fernando Henrique Cardoso foi um Presidente que cultuou a democracia como um dogma. Sua Excelência é o consolidador do regime em nosso País e as suas realizações não po-

dem ser marcadas apenas no plenário desta Casa por um discurso. Penso que V. Exª fica a dever outros pronunciamentos, para demonstrar a extensão de tudo quanto realmente foi feito pelo Presidente da República atual. O Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu críticas e as recebeu com a educação de seu temperamento, sem respondê-las muitas vezes. Mas a maioria delas foram injustas, porque Sua Excelência foi um realizador, um democrata no Palácio do Planalto. Se quisermos um exemplo do quanto fez Fernando Henrique, olhemos para a educação: quase todas as crianças do Brasil estão na escola. Olhemos para o campo que, embora contestado, foi Sua Excelência exatamente aquele que fez a verdadeira reforma agrária neste País.. O Presidente Fernando Henrique Cardoso distribuiu um número maior de títulos de terras que a soma de todos os outros governantes do Brasil. Portanto, criticá-lo por isso significa não lhe fazer justiça e desconhecer tudo quanto foi feito neste País. É o breve aparte que ofereço a V. Exª, que procede bem ao trazer aqui as realizações de um Chefe de Estado e de Governo que honra a Nação brasileira e o seu povo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Senador Edison Lobão, agradeço, com muita sensibilidade, o seu aparte, porque um aparte vindo de um homem experiente e vívido como V. Exª, sem dúvida nenhuma, enriquece muito o meu discurso.

Estou realmente fazendo um registro rápido do encontro do Presidente com seus Ministros e seus Líderes. Entretanto, sem dúvida nenhuma, como bem sugeriu V. Exª, terei o cuidado de, neste plenário, neste ano e no próximo, registrar os avanços que tivemos em cada campo de atuação do atual Governo.

Vamos fazer isso não para criticar o novo Governo, do qual seremos oposição construtiva, mas sim para manter o futuro Governo vigilante, a fim de que não se retroceda em alguns avanços conquistados pelo País durante esses oito anos.

V. Exª lembrou bem algumas críticas que o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu na área da reforma agrária e em outros campos. Foram críticas injustas, mas, segundo a postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo sendo injustas, eram legítimas, porque estávamos numa democracia, em que cada segmento tem direito de falar aquilo que pensa, mesmo que esteja equivocado.

Então, este tem sido o norte do Presidente Fernando Henrique Cardoso: avanços em várias áreas. V. Exª falou da questão internacional. Sem dúvida nenhuma, orgulha-nos e nos orgulhou durante esses oito anos ver a forma como o Presidente Fernando Henrique Cardoso era e é recebido no exterior.

No próximo dia 7 de dezembro, o Presidente irá à ONU, para receber daquela organização a maior honraria no tocante a programas sociais. O Brasil foi reconhecido pela ONU como o país que mais avançou nas questões sociais. Portanto é um prêmio inquestionável; não é o Presidente Fernando Henrique, mas é o País, são os Ministros, é o Congresso que aprovou mecanismos importantes como o Fundo de Combate à Pobreza, são os técnicos que fazem o Governo, são os Prefeitos e Governadores, que implementaram programas sociais com recursos federais, mas que sem a participação do Município não poderia ter sido implementado. Então, temos, enfim, um caminho importante a seguir.

O Presidente, na sua exposição, reconheceu o que não tinha feito. Com a sua visão de estadista, de homem público, sabe que lutou muito, mas que houve coisas importantes que ele não conseguiu fazer e que sabe disso. Sua Excelência torce e vai atuar para que o futuro Presidente da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, possa ter condições política e econômica para implementar essas mudanças.

Agradeço o aparte de V. Exª, ao mesmo tempo em que faço o assinalo o encontro e peço a transcrição das matérias publicas pela imprensa neste final de semana a respeito deste encontro.

Antes de encerrar, faço um alerta e assinalo uma preocupação. Diversas matérias na imprensa ontem destacaram que a equipe do PT estuda redução de aposentadoria. Essa questão preocupa-nos muito. Não falarei desse assunto neste discurso, mas afirmo a todos os aposentados e servidores públicos que estão assistindo à sessão que estaremos vigilantes no Senado Federal, cuidando do direito de cada servidor e de cada aposentado. Preocupam-nos esses caminhos que suscitam a diminuição das aposentadorias em nosso País. Entretanto, essa matéria será tratada posteriormente.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª e solicito a transcrição das matérias que mencionei.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Segurança será maior desafio de Lula, diz FHC

O Presidente Fernando Henrique Cardoso comandou a última reunião ministerial de seu governo e fez um balanço dos avanços obtidos, como a estabilidade da moeda e a consolidação da democracia. Para ele, o maior desafio de Lula será com a política de segurança, no combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

FHC faz mea culpa ao 'prestar contas ao país'

LEILA SUWWAN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Na última reunião ministerial de seu mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez um apelo indireto ao seu sucessor, para que não faça um governo de "negação" dos avanços conquistados. Ele insistiu em dizer que o novo governo não deve imaginar que vai inventar a roda. "E o pior é, quando a roda já está inventada, fazê-la quadrada", disse.

Em discurso de uma hora e 15 minutos, que chamou de "prestação de contas ao Brasil", advertiu que a estabilidade político-econômica que conquistou nos últimos oito anos não é uma herança permanente: "O preço da estabilidade é a eterna vigilância".

FHC destacou diversas vezes que, nas trocas de governos, os programas não devem começar "do zero" e citou iniciativas de José Sarney e Itamar Franco para mostrar que utilizou como base esforços já existentes.

"Seria incorreto imaginar que o que se fez nestes oito anos fez-se a partir do dia 1º de janeiro de 1995. Antes já havia esforços, antes já havia transformações."

O presidente reconheceu diversos erros de sua gestão. Um dos principais teria sido a falta de investimentos e de alertas que levaram ao racionamento de energia. FHC admitiu que as estradas brasileiras estão em mau estado e que o atendimento médico é precário.

Ele rejeitou o rótulo de neoliberal. "O Estado não ficou paralisado. Não ficou um Estado refém de mercado nenhum", disse.

O presidente afirmou que o clima de "plena democracia" foi o maior marco de seu governo. Ele disse resistir à idéia de apontar seu maior "legado", porque sua vida pública não teria terminado, apesar de anunciar sua retirada da participação político-eleitoral.

FHC apresentou o livro "Brasil, 1994 a 2002 - A Era do Real" e disse que Luiz Inácio Lula da Silva, a quem não citou nominalmente, terá seu apoio se quiser, para o bem do país.

Dentro do que chamou de mudança de mentalidade política, como o fim do "clientelismo", "caudilhismo" e "mandonismo", FHC destacou a tolerância que disse ter tido com "movimentos sociais pouco afeitos às práticas democráticas", em alusão indireta ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Disse que teve atitude democrática ao não interferir com a imprensa, apesar de momentos de injustiça. Afirmou que "parlamentarizou" o presidencialismo com a contínua prestação de contas ao Congresso, inclusive com convocações de ministros e CPIs.

FHC comparou sua "tarefa histórica" de combater a inflação ao que acredita ser a missão de Lula: a de cuidar da segurança e da defesa nacional. Também pediu mais "carinho" e recursos para o reequipamento militar.

Sobre a fome, principal bandeira de seu sucessor, FHC lembrou que o país já produz o suficiente para alimentar todos, mas o problema seria "de renda".

Participaram da reunião o vice-presidente Marco Maciel, 29 ministros, quatro líderes do governo no Congresso e os três comandantes das Forças Armadas. O único ausente foi o ministro Sérgio Amaral (Desenvolvimento).

Do atual ministério, Pedro Malan (Fazenda), Francisco Weffort (Cultura) e Paulo Renato Souza (Educação) ocupam suas respectivas pastas desde 1995. A seguir, trechos do discurso de FHC.

RODA QUADRADA - "Ninguém deve imaginar que inventa a roda. E o pior é, quando a roda já está inventada, fazê-la quadrada. Esse é o risco maior. Importante é ter a humildade para entender que é um processo e que esse processo pode sofrer modificações de curso, mas não deve ser negado o caminho já percorrido."

VIGILÂNCIA - "A economia requer, permanentemente, uma atitude de vigilância. Outros famosos disseram que o preço da liberdade é a eterna vigilância. O preço da estabilidade é a eterna vigilância. A vigilância que requer, primeiro, de igual modo que na questão democrática, transparência. Em segundo lugar, capacidade de conter os ímpetos naturais de realizações de gastos justos."

NEOLIBERALISMO - "Quantas vezes escutei críticas desassisadas [insensatas] de que o governo queria diminuir o Estado para dar espaço ao mercado? Até uma palavra com a qual eu nunca concordei —neoliberal— foi usada com insistência, tanta insistência que alguns até acreditaram."

APAGÃO - "Reconhecemos o erro e mudamos o que havia de erro no sistema de alerta. Parte do erro foi a paralisação do investimento e parte foi a chuva que não veio —nós apostamos demais que Deus é brasileiro, acho que ele é."

MEA CULPA - "Posso lhes dizer com tranquilidade que não fiz tudo o que quis, mas que me esforcei muito por fazer. Mas não fui eu só, nós todos. E o que foi feito errado, muitas vezes, ou algumas vezes, depende da avaliação, não foi por má-fé. Terá sido, às vezes, por não-compreensão, incompetência, impossibilidade."

RELAÇÕES EXTERIORES - "Nunca nos deixamos levar pelas visões maniqueístas nem nunca deixamos de dar a devida atenção àqueles que são do nosso hemisfério, aqueles que vivem na América Latina. Nunca aceitei isolar Cuba e não foi preciso. Todos respeitaram a posição do Brasil."

tão grande, salvo talvez com alguma revolução e matando gente.

• **PRESTANDO CONTAS:** Não fiz tudo o que quis, mas me esforcei muito por fazer. E não fui eu só. Nós todos. E o que foi feito, errado muitas vezes ou algumas vezes, não (foi) por má-fé. Terá sido às vezes por incompreensão, por incompetência, por impossibilidade. Mas tudo feito com o melhor dos propósitos.

• **GASTO SOCIAL:** O gasto social nunca foi tão alto no Brasil. Modificamos muito, em todas as áreas de educação, saúde, assistência social, de reforma agrária. Modificar essas áreas significa cortar o clientelismo. E significa diminuir a influência direta das indicações e dos favores partidários na máquina do Estado. Caro custou e não está completo. E não significa que os partidos não possam ter indicações. Pode, é da democracia, mas a competência tem que vir junto com as indicações.

• **ENERGIA:** Foi a área mais crítica, sofremos revés duro em 2001, com o apagão. Ainda assim, durante esse governo, fizemos o equivalente a duas Itaipu. Através de dezenas de usinas hidrétricas. Das paralisadas em 95 (acho que 18 ou 20), 15 estão concluídas. Então por que o 2001? Parte é erro nosso, do nosso sistema de alerta, é indiscutível. Só que nós mudamos. Reconhecemos o erro e mudamos. Parte foi paralisação de investimento. E parte foi a chuva que não veio e nós apostamos demais que Deus é brasileiro. E acho que ele é, porque não houve apagão. ■

► **NO GLOBO ON LINE:**
A íntegra do discurso de FH na última reunião ministerial
www.oglobo.com.br/pais

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Romero Jucá, o requerido por V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira por vinte minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, Senador Romero Jucá, Srªs. e Srs. Senadores, tratarei, rapidamente, de dois temas significativos para o Brasil e para Minas Gerais.

Sr. Presidente, o Brasil comemora, hoje, os cem anos de um famoso livro que continua presente na história e na literatura do País. Falo de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha, repórter e autor do mais perfeito relato da Guerra de Canudos, publicado em 1902, cinco anos após o fim da terrível tragédia ocorrida no sertão nordestino, de que Antonio Conselheiro foi o principal personagem.

De lá para cá, **Os Sertões** vem sendo objeto de estudos, análises, críticas às vezes contundentes, peças de teatro, além de filmes, entre os quais o aplaudido **Deus e o Diabo na Terra do Sol**, do nosso premiado cineasta Glauber Rocha.

Nenhuma das críticas em torno desse grande clássico da literatura brasileira deixa de apontar **Os Sertões** como um dos documentos de maior significado para a própria História do Brasil, inclusive nos dias de hoje.

Euclides da Cunha escreveu essa que foi sua maior obra, ampliando as reportagens que publicou em 1897, em **O Estado de S.Paulo**, jornal do qual era correspondente de guerra na região conflagrada no interior da Bahia. Além dos relatos periódicos de sua autoria, publicou, ao regressar, no ano seguinte, uma série intitulada **Diário de uma Expedição**.

Para essas reportagens, que depois culminaram com **Os Sertões**, o grande escritor brasileiro deslocou-se para o semi-árido da Bahia como repórter, com a missão de acompanhar e procurar os porquês da resistência dos sertanejos no episódio da Guerra de Canudos.

Os Sertões foram escritos ao longo dos três anos em que Euclides da Cunha morou na cidade de São José do Rio Pardo, no interior paulista. Ali, a primeira edição ganhou forma e foi publicada num dia 02 de dezembro de cem anos atrás.

Muitas outras edições se seguiram, numa evidência de que essa é uma obra razão apontada como um dos marcos da nossa literatura. Tanto que, um ano após o aparecimento da edição inicial, Euclides da Cunha foi feito imortal, com sua eleição para a Academia Brasileira de Letras.

Sobre a qualidade do texto e do conteúdo de Os Sertões, a crítica literária Walnice Nogueira Galvão sustenta que ainda hoje perdura e não foi superada a visão histórica dessa notável obra. Para ela, que é autora de uma edição comentada do livro, "ninguém narrou o conflito de Canudos melhor que Euclides". E, mais: dá o veredicto para justificar essa opinião, afirmando que o livro Os Sertões alcançara e continua alcançando êxito "porque é boa literatura e bem escrito".

Essas qualidades da obra de Euclides acabaram por influenciar outros renomados escritores, como o próprio Guimarães Rosa, de **Grande Sertão, veredas**, e Vargas Llosa, de **A Guerra do Fim do Mundo**. Além disso, o estilo de Euclides da Cunha é sempre aplaudido, chegando o poeta Robert Lowell a compará-lo com **Guerra e Paz**, de Leon Tolstoi.

Ao saudar o centenário da obra de Euclides da Cunha, encerro com palavras do professor de literatura da Universidade de S. Paulo, Valentim Facioli. Autor de tese de doutorado na USP sobre Euclides, diz o mestre, em entrevista de ontem a **O Estado de S.Paulo**, que "A importância atribuída a **Os Sertões** decorre da purgação da culpa pelo bárbaro massacre dos sertanejos – de Canudos – a qual culpa se articula com a culpa presente pelos cerca de 50 milhões de miseráveis – os brasileiros excluídos – que estão inutilmente no País e sem solução. **Os Sertões**, com seu tom apocalíptico e ruinoso, parecem permanecer como emblema de uma questão não resolvida."

Essa manifestação, Sr. Presidente, de um professor de literatura da USP, traduz, com um toque mais avançado, uma situação que é efetivamente terrível para uma sociedade como a do Brasil, que vive a brutalidade da distribuição de renda, a pobreza constituída de miseráveis e indigentes. O livro **Os Sertões**, nesta hora, serve como alerta para a melhoria da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, desejo, em segundo lugar, manifestar, em socorro aos hospitais universitários do País e particularmente de Minas, a minha palavra desta tribuna.

Os hospitais universitários vivem uma situação dramática. E quero destacar, nesta hora, o Hospital

das Clínicas de Belo Horizonte, centro de referência no atendimento médico no Estado. O hospital mineiro atravessa uma crise de dimensões crescentes, com riscos para a amplitude e a qualidade dos serviços nele prestados. De vasta atuação municipal e regional, essa instituição proporciona atendimento generalizado à população e, de forma muito especial, aos doentes necessitados de atenção de alta complexidade. Somando sua vocação pública com o melhor desempenho acadêmico, o Hospital das Clínicas ocupa um lugar singular entre as instituições voltadas para a saúde no Estado de Minas Gerais. A atual crise, decorrente de incertezas no repasse das verbas absolutamente necessárias para a manutenção das suas atividades, ameaça, de forma severa, a continuidade de seu trabalho.

A situação do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais foi objeto de reunião, hoje pela manhã, na sede da Faculdade de Medicina, na Avenida Alfredo Balena, em Belo Horizonte, com a participação da Universidade Federal de Minas Gerais, representada pela Reitora, Professora Ana Lúcia Almeida Gazzola, e pelo Vice-Reitor, Marcos Borato Viana, com a presença do Diretor do Hospital, Ricardo Castanheira Figueiredo, e também contou com a presença de parlamentares, políticos, empresários, sindicalistas e agentes comunitários.

Sr. Presidente, nesta hora, quero manifestar minha preocupação com o momento que estamos vivendo em relação aos hospitais universitários em Minas Gerais, de forma específica com o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, e apelar para o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para que promova a realização de concursos públicos para admissão de funcionários que estão sendo pagos com recursos do SUS, que são insuficientes. Evidentemente, essa medida poderá aliviar a situação desses hospitais, que merecem uma atenção de quem efetivamente deseja um lugar ao sol para os doentes do meu Estado de Minas Gerais e das outras unidades da Federação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francelino Pereira, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70, DE 2002

Altera a Resolução nº 2, de 2002, que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso VIII, do art. 2º, da Resolução nº 2, de 2002, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

.....

VIII – juros: taxa anual equivalente à "Long Term Lending Rate" ou à "Fiscal Investment and Loans Program Rate", acrescida de 0,2% (dois décimos por cento), vigente na data do desembolso, a que for maior, incidente sobre o saldo devedor do principal, semestralmente vencidos. (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução do Senado Federal nº 2, de 2002, que "autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal", constitui-se em importante acordo financeiro internacional que viabilizou aporte de recursos para vários setores da economia brasileira.

Entretanto, dada uma falha formal no parecer fornecido pelo Banco Central do Brasil, e constante do processado que deu origem à resolução supracitada, acabou sendo aprovado incorretamente o item referente às condições financeiras do empréstimo.

Assim, no último mês de outubro, o Banco Central do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social comunicaram oficialmente ao Senado Federal a ocorrência da referida incorreção, demonstrando que desde o registro da operação financeira, em 3-12-2001, o critério de seleção da taxa de juros seria a maior entre a "Long Term Prime Lending

Rate" ou à "Fiscal Investment and Loans Program Rate", incidente sobre o saldo devedor do principal, semestralmente vencido. Assim, a presente resolução é fundamental para que se corrija a incorreção explicitada e se regularize a situação do empréstimo ao BNDES, tão importante para a recuperação do crescimento nacional.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2002. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2002

Autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Japan Bank for Jnternational Cooperation – JBIC, no valor equivalente a até US$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal.

O Senado Federal resolve:

.....

Art. 2º A operação de crédito, cujos recursos serão destinados a financiar parcialmente o Programa Global de Financiamento Multissetorial (MCP – Stage III), tem as seguintes características:

.....

VIII – juros: taxa anual equivalente à "Long Term Lending Rate" ou à "Fiscal lnvestment and Loans Program Rate", acrescida de 0,2% (dois décimos por cento), vigente na data do desembolso, a que for menor, incidente sobre o saldo devedor do principal, semestralmente vencidos;

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos).

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Edison Lobão e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exas serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente,Srªs e Srs .Senadores:os marcantes resultados de mais uma etapa de intensas atividades do Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico dão bem a medida do acertado empenho de seus integrantes, fortemente comprometidos com a tarefa de definir medidas que impeçam a ocorrência de novas crises de energia.

Essa a conclusão irrecusável de quem se dedicar ao exame atento de seu terceiro Relatório, há pouco divulgado, e que nos merece algumas resumidas considerações.

O Comitê, criado pela Resolução nº 18, de 22 de junho de 2001, e instalado no dia 27 do mesmo mês, tem por finalidade precípua encaminhar propostas para a correção das disponibilidades correntes e propor aperfeiçoamentos do modelo adotado.

Nessa elevada missão, os seus trabalhos enfatizam a pesquisa de soluções que preservem as bases de funcionamento do setor, segundo o modelo que prevê também a competitividade entre áreas de geração e comercialização de energia elétrica.

Deve ser observada a necessidade de expansão dos investimentos, sobretudo do setor privado, e a regulamentação das áreas de transmissão e distribuição de energia elétrica, tudo objetivando a garantia de qualidade dos serviços e o suprimento da demanda requerida pelo processo de desenvolvimento nacional.

Em síntese, dos relatórios antecedentes foram propostas cerca de três dezenas de medidas, agrupadas nas finalidades de estabelecer as normas de funcionamento do setor, de fixar as medidas de fortalecimento do mercado e de garantia da expansão da oferta.

Assim, também, do monitoramento da confiabilidade do suprimento, de aperfeiçoamento da interface entre o mercado e os setores regulados, de defesa da concorrência, do realismo tarifário e defesa do consumidor e do aperfeiçoamento das instituições.

O documento relaciona os tópicos direcionados à produção de efeitos estruturais no modelo do setor elétrico, ainda no corrente exercício, tais como a implementação de oferta de preços, a comercialização da energia de serviço público federal e a desverticalização.

Menciona, ainda, exigências de contratação bilateral, mudanças no valor normativo, incentivo à geração térmica a gás natural, consumidores livres e cativos, realinhamento tarifário, limites para as participações cruzadas e para a autocontratação, abertura das parcelas das tarifas de distribuição e revisões tarifárias das distribuidoras.

Verificou-se que a fixação da produção de cada usina e dos preços de curto prazo pelo modelo com-

putacional, como ocorre agora, não constitui o meio mais conveniente para a identificação de responsabilidades individuais dos proprietários de usinas em relação ao cumprimento dos deveres contratuais.

Dessa forma, considerando que a observância daqueles deveres é básica para o correto funcionamento do mercado, determinou-se a constituição de Grupo de Trabalho destinado a propor princípios que conciliem a formação de preços, a partir da compatibilidade dos esquemas de mercado com a inafastável otimização dos recursos hidrelétricos.

Adiante, lembra que, conforme definido em relatório, existem quatro setores principais no modelo novo do setor elétrico, a saber: geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Como se recorda, o setor de geração era mantido como serviço público, a cargo de empresas estatais das áreas federal e estaduais. Tal sistema, por força de mandamento legal, passou a obedecer a regras de novas concessões ou de autorizações a produtores de energia independentes.

Dessa forma, quando da privatização das geradoras estatais, foi permitida a conversão do regime de serviço público para o de produtor independente.

Assim, considerando-se ainda o imperativo de que a área de geração deve ser competitiva, a coexistência, no modelo novo, de ambos os regimes para a geração produz alguma incerteza, capaz de se constituir em óbice à amplitude dos investimentos requeridos pela expansão do setor elétrico.

De outro lado, as áreas de transmissão e de distribuição são consideradas, no apontado modelo, como monopólio natural, permanecendo como serviço público regulado e tarifado, com garantia do equilíbrio econômico e financeiro e com o dever de permitir o livre acesso aos diversos agentes do setor elétrico.

Na área de comercialização, por sua vez, deve-se distinguir a prestação de serviços aos consumidores cativos e livres. Em um, trata-se de atividade regulada, concedida como serviço público às distribuidoras. Noutro caso, constitui atividade desregulamentada, exercida pelos agentes possuidores de autorização da ANEEL, incluídas as distribuidoras.

Considera-se, por fim, que a atuação do mesmo agente em áreas de regimes diversos cria enormes entraves para o funcionamento do setor, dada a impossibilidade de se garantir a exigida neutralidade na operação e expansão das redes de transmissão, em relação aos agentes de geração e de consumo.

Entende-se, também, a dificuldade para a fiscalização das atividades reguladas de uma empresa com atuação em áreas dependentes de regulamentação.

Por tudo isso, a desverticalização, vista como proibitiva do exercício de diferentes atividades pela mesma empresa, constitui um dos princípios fundamentais do novo modelo setorial, objeto do relatório que ora resumidamente comentamos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.no último dia 4 de novembro, foi empossado em São Luís, como membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, o Desembargador Cleones Carvalho Cunha. Nesse mesmo dia, ocorreu o lançamento, da autoria desse emérito Juiz, o livro *O Poder Judiciário do Maranhão – Subsídios para a história do recrutamento de juízes e da organização judiciária.*

Ambos os eventos ganharam grande repercussão em meu Estado. Tanto pela posse do novo acadêmico – graças à sensibilidade dos componentes da Academia em reconhecerem o grande talento daquele maranhense de Tuntum como magistrado e professor universitário – quanto pela publicação de uma obra que se incorpora, com relevo, na historiografia do Maranhão.

O livro do Desembargador Cleones Cunha, nas suas 359 páginas, é o resultado da importante e estafante pesquisa a que se propôs. Detalha inclusive a primeira Lei de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão – a Carta de Lei nº 7, que dividia a Província em comarcas e termos –, que surgiu após o Ato Adicional de 12 de agosto, de 1834, por iniciativa de Antônio Pedro da Costa Ferreira, então presidente da Província do Maranhão (p. 75), e mereceu de Milson Coutinho, um dos mais apreciados intelectuais do meu Estado, um exemplar prefácio, do qual consta o seguinte trecho:

> "... Cleones Cunha, acredito que mesmo sem querer, escreveu uma das mais belas etapas da história regional, com o seu epicentro nesta terra dos poetas e das palmeiras, dos homens cultos e sérios, com destaque para os cultores das ciências jurídicas, de que são paladinos Cândido Mendes, Almeida Oliveira, Viveiros de Castro e tantos outros..."

O discurso de posse na Academia Maranhense de Letras Jurídicas do Desembargador Cleones Carvalho Cunha – um dos mais ilustres descendentes dos Mourões – tornou-se uma obra literária de valor histórí-

co, cujo texto vou integrar a este meu pronunciamento para que se eternize em nossos anais. Traçou o perfil do patrono da cadeira que ocupou – Monsenhor Doutor João Tolentino Guedelha Mourão – uma história de vida que valeria um novo livro a enriquecer as personalidades de vulto cultuadas em meu Estado..

De notável cultura, adquirida nos estudos iniciados no Seminário maranhense de Santo Antonio e aprimorados em Belém, Paris e Roma, onde se tornou, em 1871, doutor em Teologia Dogmática, Monsenhor João Tolentino exerceu enorme influência no Maranhão a partir do instante em que se fixou definitivamente em terras maranhenses, em 1880: vigário geral da diocese, jornalista, pregador, polemista, fundador do **Civilização,** jornal que, durante 10 anos, foi palco de afamadas polêmicas em torno de temas religiosos, políticos e jurídicos. Defendeu energicamente a libertação dos escravos e a separação da Igreja do Estado.

Sua última polêmica registrou indignação à pretensão dos ex-escravocratas, que exigiam do governo uma indenização pelos escravos libertados. É uma página de sabedoria jurídica e de sensibilidade social.

Muitos são os motivos, Sr. Presidente, que me levam a incorporar a este meu pronunciamento o texto que passo à taquigrafia, pois creio que, pelo seu brilhantismo, honrará os nossos Anais.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Iam caindo: à esquerda e à direita iam caindo; Alexandre e Francisco meus bisavós tombaram, O primeiro com sua farda de gala, seus botões de ouro e sua patente de coronel

E o outro com sua barba nunca mais alisada e sua bengala de castão de ouro.

...

Foram caindo todos: à direita e à esquerda e em todas as cidades

...

Um picado de cobra, outro sangrado a punhal, outro varado a bala, outro de maleita,

...

e as veredas se enchiam de cruzes

e ao sacrifício dos padres inocentes

a bravura dos Mourões se celebrava

in illo tempore

...

e ungidos de Deus vamos morrendo

e flagelos de Deus vamos matando.

...

Sabedoria da morte, soberana da vida

a raça dos Mourões preparava o chão

e duro e puro

o espaço de cristal se construía

na carabina dos fortes e no sarcasmo dos sábios

in illo tempore.

...

... Tobias Barreto escrevia cartas em alemão ao filósofo ... Emanuel Kant

e escreveu ... a Monsenhor Guedelha Mourão,

deputado do Império e doutor de Roma:

"os padres deste país nem latim sabem mais, pois, como Vossa Reverendíssima, aprendem é a mandar matar'

os assassinos dos Padres Joaquim, Alexandre e Inácio ... estavam mortos

cum Christo erant

Excelentíssimo Senhor Lourival de Jesus Serejo Sousa, Digníssimo Presidente da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, permita-me cumprimentar na pessoa de Vossa Excelência os demais integrantes da mesa; os membros da Academia e as autoridades presentes.

Senhoras. Senhores,

Sentimentos não se traduzem em palavras. Não se transmitem, antes dividem-se, partilham-se. E o que faço agora: convido a todos, os membros da Academia, as autoridades, os companheiros do duro ofício de julgar, os irmãos na fé, os amigos, os familiares. Partilhem comigo os mais diversos sentimentos deste momento: emoção, alegria, gratidão, perplexidade, insegurança, e até um pouco de vaidade. Se é verdade que dor, tristeza, medo, se divididos com quem amamos, a dor se faz menos doída, o medo menos assustador e a tristeza menos triste, verdade maior é a que, se partilhadas, alegria, gratidão e emoção tomam-se abissais, agigantam-se, mas não arrebentam o coração, não explodem o corpo, porque fracionadas.

Estou aqui por bondade dos que me escolheram. Sei a exata dimensão das minhas limitações. Mas vim, e cumprirei a liturgia. E o rito impõe-me um discurso, um discurso de posse como membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Inibe-me a pomposidade do título, a mim, simples operário do

Direito, juiz de ofício e de vocação, menino nascido no então povoado de Santa Filomena, do recém criado município de Tuntum. No meu lugarejo de única rua, sem água, sem energia elétrica, havia uma pequena capela de palha, e um grande tesouro, a única professora, minha tia-avó, Lourdes Mourão. E por causa dela, hoje, posso fazer minhas as palavras do poeta:

"Era menino.
Um dia, olhei o céu: longe, as estrelas.
E eu tive uma vontade imensa de colhê-las.
Estava desvendado o meu destino".[1]

Dentre as estrelas que acalentei colher não estava a deste momento, daí sua importância maior. A vida é uma seqüência de momentos, mas somente os singulares deixam suas marcas e são desses que fala o poeta: "Há momentos que valem toda a vida...".[2]

Mas, Senhoras e Senhores, deixem que eu empurre a emoção para o lado e cumpra o dever de apresentar o meu patrono. É do ritual. Que o Monsenhor Doutor João Tolentino Guedelha Mourão é o patrono da cadeira 38, a que hoje tomo assento, já é sabido de todos. O que talvez todos não saibam é que foi arbitrária esta escolha. A Academia permitiu-me fazê-la. Mas, acreditem, se esta eleição presta uma homenagem ao Monsenhor Mourão, ele dignifica esta cadeira, este patronado, este grêmio, emprestando-lhe o nome.

A Família Mourão foi notável. Para Olavo Correia Lima, essa notabilidade era conseqüência das acirradas lutas provocadas pela perseguição política do Padre Alencar, pai do escritor que criou Iracema, a virgem dos lábios de mel, e então Governador do Ceará. Não conseguindo assentar os Mourões em seus currais eleitorais, os perseguiu da maneira mais impiedosa, imputando-lhes toda sorte de humilhações, dos ataques incendiários às fazendas a mortes violentas praticadas pela polícia. Reagiram ferozmente os Mourões. Senhores poderosos dos sertões de Crateús, intrépidos todos e comandados por Alexandre Mourão V, o Grande, chefe destemido e invencível, vaqueiro forte e aguerrido, conhecedor de cada palmo do sertão e dos talhados da Serra Grande, tornou-se terrível guerrilheiro. Matou muitos e viu morrer outros tantos, inclusive irmãos seus. Derrubou cadeias públicas, cercou fazendas, atravessou a nado os brejais selváticos do Parnaíba.

A contenda se estendeu pelo Piauí, Maranhão e Pernambuco.

Grandiosas foram as lutas! uma epopéia! Merecendo do pai da história cearense, O Barão de Studart, a publicação das memórias de Alexandre Mourão V na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará.

João Tolentino era um Mourão. A nação dos Mourões fora fundada em 1700 por Alexandre da Silva Mourão I, colonizador de Crateús. Eufrozina, bisneta de Alexandre Mourão I e irmã de Alexandre Mourão V, casara-se com João da Silveira Guedelha em Crateús, onde tiveram os primeiros filhos. Mas...

O Ceará com suas repetidas mudanças climáticas, é ao mesmo tempo criador e devastador [...] No verão prolongado a vida parece desaparecer [...] A terra desnuda-se, descobrindo o esqueleto dos bichos e da própria terra [...] Ninguém resiste à calamidade dos grandes estios, sobretudo naqueles imprevidentes tempos imperiais. O homem migra para sobreviver, embora morra pelas estradas sem fim[3]. A seca expulsa Eufrozina e o marido para o Maranhão. Aqui, na freguesia de São Sebastião da Passagem Franca, a 10 de setembro de 1844, nasce João Tolentino.

João Tolentino vem para o Seminário Santo Antonio.

Daqui segue para Belém, e de Belém a Paris, onde conclui os estudos de Teologia no Seminário de Saint Suplice e é ordenado sacerdote em 1869.

Especializa-se em Direito Canônico, **in utroque jure**, com permissão para o exercício das atividades jurídicas nos tribunais eclesiásticos e civis. Segue para Roma e em 1871 torna-se doutor em Teologia Dogmática.

Senhoras, Senhores, nenhum homem vive fora do seu tempo e é nele que deve ser julgado. João Tolentino viveu na segunda metade do século XIX e para entender sua vida e obra é necessário que retornemos àquele tempo, marcado que foi por grande agitação de idéias.

O positivismo nascia, rejeitando qualquer explicação metafísica para a atuação do homem no mundo, acreditando como únicas fontes de conhecimento os fatos e a experiência, e reduzindo todos os fenômenos ao aspecto meramente material. O liberalismo, baseado na liberdade absoluta do indivíduo,

1 Poeta Filgueiras Lima
2 Poeta Rafael Sânzio de Azevedo

[3]Olavo Correia Lima

florescia; o comunismo, afirmando ser a atividade econômica o centro da vida do homem, desprezava os interesses espirituais e religiosos; no campo da fé criar-se-ia uma Religião da Humanidade. Tudo isso faz surgir um ferrenho na anticlericalismo entre os intelectuais e as perseguições religiosas em países como a Alemanha e Itália.

Porém, nessa mesma centúria é realizado o Concílio Vaticano I, que decreta a infalibilidade papal, considerada pelos liberais uma agressão às consciências, às liberdades individuais e uma ameaça aos Estados; e Pio IX publica a encíclica **Quanta Cura** acompanhada do **Syllabus**, condenando os erros do modernismo: o positivismo, o liberalismo, as denominadas sociedades secretas e as sociedades clérico-liberais.

O positivismo encontra no Brasil um terreno fértil e aqui constrói o único templo que obedecia as rigorosas instruções do Catecismo Positivista. Muitos brasileiros foram alunos ou tiveram contato pessoal com Augusto Comte. O nosso Teixeira Mendes fundou, na capital francesa, o primeiro templo da denominada Religião da Humanidade, na casa em que morreu Clotilde de Vaux, companheira de Comte.

Por herança de Portugal e determinação do art. 5º da Constituição Imperial, o Catolicismo era a religião oficial do Brasil. O sistema de padroado subordinava a Igreja e a tornava mera repartição estatal, e seus bispos e padres, simples funcionários públicos. Os documentos pontifícios e conciliares só podiam ser publicados depois da autorização do Imperador, do beneplácito real. A escolha de bispos e párocos era feita também pelo monarca. Não se criavam paróquias sem autorização do Estado; era proibido o acesso à vida monástica. A maioria do clero se acomodou a essa situação de agente do serviço público, praticava o rito e recebia a baixa côngrua.

Estava estabelecido o conflito de idéias e interesses. De um lado os liberais, na sua totalidade pertencentes à Maçonaria e ocupantes dos mais altos cargos do Império, do outro, uma Igreja acomodada e subalterna. A campanha anticlerical nos jornais era ferrenha, principalmente contra os membros do clero fiéis à Sé Apostólica, apelidados de ultramontanos. O choque seria inevitável.

Esse é o contexto social e político que João Tolentino encontra ao retornar ao Maranhão em 1872, vindo de uma França neocatólica de Lacordaire, de um doutorado na Universidade Gregoriana dos jesuítas e de Roma quando da realização do Concílio Vaticano I. Passa pouco tempo no Maranhão e segue para Belém a convite de Dom Macedo Costa, onde se torna Chantre da Catedral e Reitor do Seminário. Vive em Belém durante a denominada questão religiosa.

Em que consistiu a questão religiosa? Corria o ano de 1873, Dom Vital era bispo de Olinda e Dom Macedo Costa, bispo do Pará, ambos nomeados para o episcopado por Dom Pedro II. Estes bispos ordenaram aos membros maçons das irmandades e confrarias religiosas que renunciassem à maçonaria ou abandonassem as fileiras das irmandades. Não foram obedecidos. Interditaram as irmandades e proibiram nelas quaisquer cultos religiosos. O Imperador determina a retirada das interdições. Os bispos não cumprem a decisão, por entenderem ser matéria de ordem espiritual, porquanto não deviam, nesse aspecto, obediência ao Imperador, que considera isso uma ofensa pessoal, mandando prendê-los e processá-los por crime de desobediência no Supremo Tribunal, onde são condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados; passam dois anos presos, sendo anistiados em 1875.

A questão religiosa não foi simples conflito entre dois bispos intrépidos e a maçonaria, foi antes o desencadear do processo de libertação da Igreja no Brasil. Monsenhor Mourão participou ativamente desse processo. Acompanhou Dom Macedo até o instante da prisão, quando lavra o protesto e é nomeado um dos governadores da diocese durante a ausência do bispo. Funda o jornal A Boa Nova. Em elogio fúnebre a Tolentino no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual era sócio, o Desembargador Ferreira Pitanga, do Rio de Janeiro, afirmara sobre a participação do nosso homenageado na questão religiosa: Fiel ao seu compromisso, o Pe. Mourão colocou-se resolutamente ao lado do seu chefe, afrontando as conseqüências enfadonhas dessa luta, o processo e a prisão, e só se retirando da arena quando a anistia pós termo àquelas discussões.

E na nossa província? As idéias que se debatiam no Sul, refletindo a assimilação das idéias européias, também se debatiam no Maranhão, nas polêmicas e nos artigos de jornais.[4] Dom Antonio Alvarenga assume em 1876 a diocese de São Luís, que

[4]Josué Montello

estava um descalabro, segundo afirma Dom Francisco de Paula e Silva em seus apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão: os padres ... não eram o **homo Dei** de que fala o Apóstolo, e sim, consciências esquecidas de seus sacrossantos deveres...

Monsenhor Mourão regressa ao Maranhão em 1880 por exigência de Dom Alvarenga. Aqui foi professor de Teologia Dogmática e Reitor do Seminário Santo Antônio; arcipreste da catedral e prelado doméstico de Leão XIII; vigário geral da diocese, jornalista, pregador, polemista, político e juiz dos casamentos e das dispensas..

Dom Francisco de Paula na obra já referida afirma: Monsenhor Mourão foi o braço direito de Dom Alvarenga no governo da Diocese; e cremos que poderíamos dizer, com verdade, que foi sua cabeça pensante, tal a ascendência que adquiriu sobre o ânimo do Pontífice. Monsenhor Mourão, a par de uma belíssima inteligência, era político de raça e, como tal, não podia deixar de ter o seu lado fraco. Queria ser o primeiro em tudo. Não consentia que os outros lhe fizessem sombra.

Funda o Jornal Civilização. Josué Montello historia: Nunca se discutiu tanto em São Luís ..., no plano das idéias religiosas, quanto na década em que a Civilização foi ali publicada. A polêmica era o seu elemento .... No seu gênero e na sua linha de pensamento, marcadamente ortodoxa, destaca-se entre os demais órgãos que se publicaram no Brasil, no século XIX. Na realidade a alma do jornal era Monsenhor João Tolentino... Entre as polêmicas travadas na Civilização, destaco agora a com Tobias Barreto.

Tobias, sergipano e professor da Faculdade de Direito do Recife, poeta e polemista, marcou a vida intelectual brasileira da segunda metade do século XIX, liderando o movimento denominado de "Escola do Recife". Autodidata em alemão, editou um jornal e escreveu livros nessa língua. No centro da obra de Tobias Barreto duas vertentes marcaram sua atividade intelectual: a da sociedade e a do direito. Em ambas, a revelação revolucionária, fruto de suas convicções, estava alicerçada nos ensinamentos de Darwin, Kant, Jhering e outros.

O ministro Hermes Lima biografou: ... o caráter de Tobias não era feito de plumas, mas de espinhos. Ele próprio considerava-se uma planta selvagem. [...] Pelas suas qualidades pessoais, pela sua posição de reator, ... a face do polemista e do crítico dominou as demais [...] Tobias enfileira-se entre os nossos maiores polemistas. [...] Duas de suas polêmicas tiveram extraordinária repercussão: a que travou com os padres do Maranhão e a que travo com José Higino, seu colega de Faculdade.

Estava-se em 1883. Tobias Barreto profere, como paraninfo na Faculdade de Direito do Recife, discurso revolucionário, inovador, intitulado a Idéia do Direito. Socorro-me de Josué Montello em sua obra "a Polêmica de Tobias Barreto com os padres do Maranhão": Jogado o discurso de Tobias Barreto ... no ambiente agitado de São Luís ..., com a Civilização a vibrar os seus golpes rijos contra os inimigos da Igreja, teria de suscitar a reação de uma resposta. E foi o que efetivamente aconteceu, daí a dias, com o artigo de fundo do jornal, na sua edição de 7 de julho ..., 'sob o título "O Sr. Dr. Tobias Barreto de Menezes." Duas semanas depois, outro artigo se segue ao primeiro, ao mesmo tom de refutação polêmica, e a 28 vem a lume o terceiro, [...] Os artigos, pelo tom, pela veemência, pela responsabilidade do ataque, deviam ter sido escritos – ou por Monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão, diretor da folha ou pelo padre Raimundo Alves da Fonseca [...] Tobias não tardou em lhe dar resposta. ... Em quatro artigos ... respondeu aos três da Civilização. [...] Em outubro com o braço cansado de dar pancadas e o corpo moído de receber bordoadas de cego, Tobias Barreto põe termo a polêmica, despedindo-se [..] A Civilização pública mais três artigos denominados "Fiascos do Dr. Tobias Barreto", concluindo a polêmica em 8 de dezembro.

Ouso indicar a leitura dos textos dos antagonistas. O estilo mordaz dos lentes nordestinas são registros notáveis da literatura brasileira.

Nos dez anos de circulação da Civilização, Monsenhor Mourão escreve, sobre temas religiosos, políticos e jurídicos. Vai do culto aos santos ao registro civil, dos sacramentos à libertação dos escravos, da separação da Igreja do Estado ao casamento civil.

Senhor Arcebispo, Monsenhor Mourão foi também um grande pregador, na Igreja de Santo Antônio fizera dezenas de conferências, que estenografadas foram publicadas em dois volumes. Pregara em Belém na festa de Nazaré, no Rio na inauguração da Igreja da Candelária. O sol, logo ao nascer, veste de aurora o cume dos montes, depois ... pouco à pouco seus raios se tornam mais luminosos, e, quando chega à plenitude do dia, envolve o mundo todo em um mar de luz. Assim foi a revelação divina. Frouxa claridade ilumina o berço do gênero humano, vai crescendo a luz, torna-se afinal dia perfeito em Jesus Cristo. E em outra conferência: Por que não podia Deus confiar aos homens a administração dos sacramentos? Não será causa nobre a distribuição da Justiça? E Deus vem por ventura em pessoa distribuir a Justiça? A so-

ciedade não reconhece os magistrados? Quem distribui a Justiça? Os homens. E deveis acatar as suas sentenças e respeitar os seus arestos, embora sejam homens que distribuam a Justiça. Por esta razão os sacramentos podem ser administrados por homens.

Mas Tolentino tinha sangue de político, alma de político. Proclamada a República, aprova a separação da Igreja do Estado, preconizando o que seria a libertação da Igreja. Funda o Partido Católico no Maranhão e o jornal **A Cruzada**. Três vezes eleito deputado estadual, sendo o mais votado entre os seus pares na primeira eleição, presidiu a Assembléia Legislativa do Maranhão de 1892 a 1897, e também o Congresso Constituinte de 1892, quando é elaborada a 2ª Constituição do Estado do Maranhão. E do historiador e querido amigo Milson Coutinho o fragmento: Afinal, a 27 de julho o Deputado Monsenhor Mourão ocupou a Tribuna para anunciar que iria promulgar a nova Constituição, fazendo na oportunidade um belo e longo discurso, que em outra edição deste livro poderá figurar como testemunho da cultura daquele parlamentar. É de Viveiros em sua obra: Benedito Leite um verdadeiro republicano: Guardou a tradição maranhense, como acontecimento memorável, um desses prélios travado entre Benedito Leite e Guedelha Mourão, a respeito do juramento sobre os evangelhos nos atos jurídicos.

A criação da nossa Biblioteca Pública Estadual passa por Monsenhor Mourão. Veja-se o testemunho insuspeito de Jerônimo de Viveiros na obra referida: Mas foi nesse ano de 1895 ... que surgiram os dois varões, destinados a ser os Mecenas ... Benedito Leite e João Tolentino Guedelha Mourão ... Aprovado em primeira discussão o projeto de Benedito Leite, Monsenhor Mourão sugeriu ao autor várias emendas, no sentido de ampliá-lo .... Entre as medidas sugeridas por Guedelha Mourão estava em primeiro lugar a do aumento da verba para livros ... outra sugestão ... versava sobre a insuficiência da verba para o mobiliário ... e o edifício em que ela fosse instalada. Terminava Mourão lembrando a criação de um museu junto à biblioteca e recomendando escrúpulo na escolha do diretor ...

Senhor Senador, o Congresso Nacional também foi palco do desempenho inteligente do meu patrono, que em 1897 foi eleito deputado federal e depois reeleito. Participou, ativamente de todas as discussões daquela Casa, sobretudo as de interesse da Igreja, particularmente na questão relativa ao divórcio, de que foi um dos mais acirrados impugnadores, repelindo com sincera energia a dissolução do vínculo matrimonial. Sobre sua participação na Câmara dos Deputados, o depoimento de José do Patrocínio: Sabia-se que Monsenhor Mourão era conceituado e profundo orador sacro. Agora ficou demonstrado que é conceituado tribuno parlamentar.

Em 1899 Dom Antônio Alvarenga vai tomar posse na Diocese de São Paulo. Monsenhor Mourão, mesmo deputado federal, é eleito vigário capitular, por unanimidade, e passa a governar a Diocese do Maranhão enquanto sede vacante até julho de 1901.

Nesse período participa da elaboração da 2ª Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil sobre a passagem do século. Em 1900 escreve Carta Pastoral e consagra a Diocese ao Sagrado Coração de Jesus, instituindo o Apostolado da Oração, organização que perdura.

Senhores acadêmicos, libertados os escravos, os ex-proprietários passaram a exigir do Governo uma indenização. Um jornal de São Luís, em editoriais, defende esse direito, o que provoca a ira de Monsenhor Mourão, levando-o a travar sua última polêmica, através de diversos artigos nas páginas do **Civilização**. Padre Mourão argumentava com sua sapiência de jusnaturalista:

"A indenização pode ser aconselhada ... pelas conveniências políticas, porém exigi-la como corolário de um direito é o que não podemos admitir... A escravidão, opondo-se claramente à dignidade humana e cristã, nunca poderia constituir direito propriamente dito, porque violava os princípios da justiça natural. Ora se o direito natural condena a escravidão, com o poderá ser ela fonte de outros direitos? Como poderá constituir uma propriedade, no sentido estrito, de maneira que sua abolição exija forçosamente uma indenização? O homem não pode ser propriedade de outro homem. Acima de qualquer lei positiva está o direito da personalidade e da liberdade humana, direito imutável, direito que deve ser inviolável. Não há espoliação onde não podia haver propriedade; aonde não há espoliação não há direito à indenização. Não foi a propriedade que a lei de 13 de maio aboliu, foi um estado de violência e opressão que suprimiu. A lei emancipadora não ofendeu direitos verdadeiros, veio reparar uma longa injustiça de três séculos; restituiu a uma raça oprimida o dom precioso da liberdade, que todos recebemos de Deus ... a escravidão é uma instituição repugnante, que não é legitimada pelo direito natural ... não constituía entre nós um direito propriamente dito, era um fato anormal, uma nódoa, que felizmente apagou-se, e negando-se a indenização aos ex-senhores de escravos ninguém põe em risco o direito de propriedade, porque o escravo era uma propriedade **sui generis** criada por uma ficção legal, e a

ficção legal não pode e nem deve prevalecer contra o direito natural."

Falece Monsenhor Mourão, depois de meses de doença não diagnosticada, no dia 4 de dezembro de 1904 em Salvador, na casa do irmão médico. Os jornais de São Luís anunciam a morte com tristeza. O Maranhão perde um grande homem, posto que só combateu o bom combate e não maculou a sua fé.

Senhoras, Senhores, esse é o homem que escolhi para ser patrono da cadeira 38 desta Academia. E com essa escolha também presto uma homenagem aos desembargadores Deoclides Guedelha Mourão, José Lucas Mourão Rangel, Alberto Correia Lima, Bernardo Pio Correia Lima e Orestes Mourão, membros do Tribunal do Maranhão. Aos padres Alexandre da Silva Mourão, Joaquim da Silva Mourão, Inácio Ribeiro de Melo, Constantino Bonson e Lima, Sebastião Ribeiro Melo, Vicente Ferreira Galvão e Luiz Gonzaga de Sousa, todos pertencentes à Diocese do Maranhão; e ao médico Olavo Correia Lima, antropólogo e professor, porque sem suas pesquisas seria impossível chegar à a genealogia dos Mourões. Todos esses homens pertenceram à raça dos mourões.

Deixem-me destacar apenas um deles: o Padre Luiz Gonzaga de Sousa, nascido na freguesia de São Bento do Mirador em 1866. Pároco de Caxias, Matões e Amarante no Piauí, onde foi deputado estadual, e viveu maritalmente com Maria de Jesus e com ela teve dez filhos. Em testamento, reconhecendo a existência da companheira, afirma que a mantivera por fragilidade humana e não por desrespeito à sua Igreja; e legitima todos os seus filhos, instituindo-os e a Maria de Jesus, seus herdeiros, declarando que esse seu ato era o exercício de um direito, o cumprimento de um dever, um ato de justiça com suas crianças e sua mulher, a quem por motivo de consciência, por dignidade pessoal e apesar dos preconceitos e juízos malévolos, não podia abandonar ao pão negro da miséria.

O Padre Luiz Gonzaga, cujo retrato conservo em meu gabinete, era sobrinho do Monsenhor Mourão, pai de Dona Déa Gonzaga Mourão, que é mãe de Dona Maria Helena, duas mulheres, vítimas de viuvez precoce, que não deslustraram a fibra da raça dos Mourões, sábias matriarcas que souberam prover e educar as numerosas proles. A primeira era minha avó, e a segunda é minha mãe.

Senhoras e Senhores, não me tenham por ingrato. Eu vou agradecer.

Agradecer aos membros da Academia, cuja homenagem presto na pessoa do Desembargador Almeida e Silva, que ao me iniciar na vida jurídica, muito me ensinou. Muito obrigado Desembargador Almeida, sem as suas lições e as de Drª Elimar, minha caminhada teria sido mais difícil!

Às autoridades agradeço sensibilizado na pessoa do Senador Edson Lobão, cognominado pelo Ministro Carlos Veloso, quando presidente do Supremo Tribunal Federal, de o grande amigo da magistratura. O Senador Lobão é um Mourão, filho de Barjornas Lobão e neto de dona Sinhá, única irmã do Padre Luiz Gonzaga e sobrinha de Monsenhor Mourão.

Agradecer aos magistrados, membros do Ministério Público e advogados. Homenageio todos na pessoa do querido desembargador Pires da Fonseca, que há quarenta anos é juiz. Desembargador Pires, tenha certeza: o Poder Judiciário do Maranhão sem sua presença seria mais pobre, menos poder, e nós, seus amigos, carentes desse grande modelo.

Agradecer aos amigos e amigas que atenderam a esse convite, muitos se deslocando de outras cidades. Nem sempre escolhemos nossos amigos, porque muitas vezes, antes dessa escolha eles já conquistaram o nosso coração e quando o coração é conquistado, a primeira a tomar vôo é a liberdade. Homenageio a todos em duas pessoas especiais, uma pela doçura e outra pela coragem de um Mourão, mesmo não sendo da raça. Irmã Gualberta, a senhora conquistou meu coração ainda menino de onze anos; e Dr. Célio, orgulho-me do homem corajoso do desarquivamento do inquérito do Rio Centro na época da ditadura militar.

Obrigado à minha família. Dona Maria Helena, Olinda, Salete, Tema, Kleber, Stella, Joanício, Isabel, Zezé, os tios, sobrinhos, primos. Tantos aqui estão que é delongado enumerá-los. Existe um traço característico dos Mourões que se conserva nos Cunhas é a união da família: gostar de um é ser amado por todos. Peço permissão à minha mãe para prestar um tributo a dois membros ausentes de nossa família: o tio João de Deus, seu irmão, o mais Mourão de todos os Cunhas, e a Letícia, sua bisneta, nascida além-mar, da décima primeira geração dos Mourões. Eles não estão aqui pelo mesmo motivo, a idade não permitiu. O primeiro com seus mais de oitenta anos e a segunda com menos de oitenta dias.

Entrego à crítica das senhoras e dos senhores um livro: *O Poder Judiciário do Maranhão:* subsídios para a história do recrutamento de juízes e da organização judiciária. Sou o meu mais severo censor. Tenho consciência de que o meu estilo é simples, informal, bem próximo da oralidade. Escrevo quase

como se pensasse em voz alta. Ele veio a lume pelo amor ao Judiciário, pela minha identificação com as causas da Justiça maranhense e procuro dar a conhecer como esse Poder foi tratado nas constituições estaduais, quais as leis que o organizaram, quem eram seus juízes, como se recrutavam esses juízes. Des. Etelvina, escolhi essa data, por que o nosso Tribunal completa, exatamente hoje, 189 anos de sua instalação.

Não, eu não esqueci. É o último porque o mais importante. Agradeço a Deus, renovando a minha profissão de fé: creio em Deus Pai, em seu filho Jesus Cristo e no Espírito Santo. E pela fé renovo o meu compromisso de distribuidor da Justiça, como membro do Poder Judiciário.

Os fragmentos que li no início desse longo discurso, na esperança do perdão de todos, são do poeta Gerardo de Mello Mourão, do clã de Monsenhor Mourão, extraído do livro-poema o **País dos Mourões**. E com o mesmo autor, da obra o **Bêbado de Deus**, concluo:

"Hoje sabemos que a história de cada homem é a história do mundo. E a história do ser humano é a história de suas relações com Deus, para adorá-lo, cegamente se quiserem, com razão pascaliana da esperança, ou para negá-lo, renegá-lo, desafiá-lo ou detestá-lo. Assim também a história do mundo, onde Ele poderá, como dentro do coração humano, ser amado ou odiado, ou pior, ser ignorado, como uma presença descartável e desnecessária. De qualquer modo, onde e quando não for conhecido como a presença maior, Deus há de ser, implacavelmente, a ausência maior."

Senhoras, Senhores, Deus sempre foi a presença maior na família dos Mourões.

Senhoras, Senhores, muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas para o Combate à Aids expõe a face mais cruel de um drama para as mulheres nesse início de novo milênio: das 42 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV em todo o mundo, simplesmente a metade, ou seja, 21 milhões são mulheres na faixa etária de 23 a 34 anos. Com a estimativa de que 600 mil pessoas sejam portadoras da doença, o Brasil apresenta comparativo semelhante, fazendo com que o índice de proporção de contaminação homem/mulher atinja hoje o patamar de um por um.

São números estarrecedores, difíceis de engolir se levarmos em consideração o crescimento do poder de informação das pessoas em um mundo globalizado. Mas a ignorância e a falta de respeito ao ser humano estão fazendo dessa luta, uma luta desigual. Somente isso explica o fato de a Aids ter deixado de ser uma enfermidade meramente de homossexuais, como era conhecida na década de 80, para passar a atingir, em sua maioria, as mulheres casadas, pobres, monogâmicas e com apenas o primeiro grau completo. De certa forma, elas se transformaram em reféns, verdadeiras cobaias de uma mentalidade em que o poder do homem é ilimitado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os números, as estatísticas estão por todo lado para quem quiser ver e refletir. E não basta refletir apenas no primeiro dia do mês de dezembro, o Dia Mundial de Luta contra a Aids! Como exemplo, posso citar a divulgação de recente pesquisa em que ficou constatado que Goiânia é a capital brasileira onde os jovens menos fazem o uso do preservativo em suas relações sexuais. Exatamente 74,3% dos jovens que residem na querida capital do meu Estado ignoram, isso mesmo, ignoram a forma segura de se relacionar com o seu parceiro. Nos dias que sucederam a divulgação da pesquisa houve estardalhaço, ampla discussão das autoridades responsáveis. Hoje, já pode-se dizer que o impacto foi absorvido e a poeira assentou diante do sensacionalismo de novos fatos.

A meu ver, um dos maiores problemas na luta contra a Aids é fazer com que as pessoas entendam que o trabalho precisa ser estratégico e ininterrupto. Combater a proliferação do vírus HIV necessita ser prioridade número um de qualquer Governo e da sociedade, dividindo as atenções em pé de igualdade com a luta contra a fome. Entendo que as campanhas educativas e as ações das autoridades responsáveis devam ser cada vez mais contundentes, com o objetivo de chocar aqueles que se julgam distantes de uma realidade tão dura e cruel. Chega de meias palavras, de questões subjetivas! A Aids já não bate à nossa porta. Ela, pelo contrário, já tomou assento em nosso sofá e ameaça tomar de assalto os demais cômodos do lar.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só nos resta duas opções: manter acesa a chama da indignação diante do alarmante crescimento do número de casos de Aids no Brasi,l e de resto em todo o mundo; e criar mecanismos que pelo menos diminuam o sofrimento de quem já foi contaminado e traz no sangue o vírus HIV.

Nesse contexto, chamo a atenção dos Pares desta Casa para projeto de minha autoria que assegura a distribuição de leite em pó para os filhos de mães portadoras do vírus HIV. Por recomendação médica, elas jamais poderiam amamentar os bebês, sob risco de também infectá-los, mas muitas vezes a falta de informação e de recursos não lhes apresenta outra saída.

Conclamo dos nobres Senadores o apoio ao projeto que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais. Acredito que a mulher já vem sendo extremamente punida por todo esse drama que atende pelo nome de Aids, uma enfermidade sorrateira e oportunista que até o momento não tem um adversário à sua altura. Se ainda deixamos a desejar no combate à Aids, devemos, pelo menos, minimizar os seus efeitos nos filhos daquelas que são as suas principais vítimas.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

REQUERIMENTO Nº 683, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 683, de 2002, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Tribunal de Contas da União seja remetido a esta Casa o TC nº 015.645, de 2001, relativo à auditoria realizada pela 2ª Secretaria de Controle Externo na Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 72, DE 2002
(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 72, de 2002, que abre crédito extraordinário, no valor de R$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica, tendo

Parecer favorável à Medida Provisória, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Professor Luizinho (PT-SP).

Relator Revisor: Senador

A Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 2, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2002

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em Instituições Federais de Ensino Superior localizadas na Amazônia Legal), tendo

Parecer favorável, sob nº 886, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador **Luiz Otávio.**

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2001

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais o direito à alimentação), tendo

Parecer favorável, sob nº 783, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador **Sebastião Rocha.**

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, DE 2001

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ro-

berto Requião, que acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal (competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República referentes a atos internacionais), tendo

Parecer favorável, sob nº 861, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador **José Fogaça.**

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2001, tendo como primeira signatária a Senadora Marina Silva, que altera o inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal, tendo

Parecer favorável, sob nº 784, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, **Relator** *ad hoc*: Senador **José Eduardo Dutra.**

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2002 (nº 1.444/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Guarabira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 917, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador **Adir Gentil.**

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2002 (nº 1.312/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob o nº 930, de 2002, da Comissão de Educação, **Relator**: Senador **Juvêncio da Fonseca.**

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2002 (nº 1.465/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.045, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca.**

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 343, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2002 (nº 1.466/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.046, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca.**

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 345, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2002 (nº 1.472/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Desportiva de São Bento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.002, de 2002, da Comissão de Educação, **Relator**: Senador **Nabor Júnior**.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2002 (nº 1.284/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.094, de 2002, da Comissão de Educação, **Relator**: Senador J**onas Pinheiro.**

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 473, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2002 (nº 1.331/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural de Januária para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.150, de 2002, da Comissão de Educação, **Relator**: Senador **Francelino Pereira.**

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 516, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2002 (nº 1.836/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Araras para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.131, de 2002, da Comissão de Educação, **Relator**: Senador **Ricardo Santos.**

– 14 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 530, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2002 (nº 1.706/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvam Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.164, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nabor Júnior.

– 15 –

MENSAGEM Nº 294, DE 2002

Votação, em turno único, da Mensagem nº 294, de 2002 (nº 821/2002, na origem), através da qual o Presidente da República, solicita a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2002 (nº 1.477/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural Venda Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às15 horas e 8 minutos.)

(OS 20885/02)

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 107, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 149/02-0, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ANTÔNIO JOSÉ BROCHADO DA COSTA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 425, para Gestor Titular, e, como substituto, o servidor **MANOEL EDUARDO DE CARVALHO NETO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 167, do Contrato nº. 62/2002, celebrado entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e **LUÍS ANTÔNIO REIS ARQUITETURA S/C LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 23 de Setembro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 108 , DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

I - Constituir Comissão Técnica, com o objetivo de apoiar o julgamento das propostas referentes à contratação de agência de viagem com a finalidade de prestar serviços destinados ao fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais ao Programa Interlegis.

II - Designar para compor a referida Comissão os servidores **LUCIANO DE SOUZA GOMES**, matrícula 5373, **JOSÉ APARECIDA CAMPOS**, matrícula 4558, **RODRIGO CAGIANO BARBOSA**, matrícula 4678, ocupantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal, **KÁTIA DE OLIVEIRA SOUSA,** ocupante do Quadro de Pessoal do PNUD, **DANIELA GOMES** e **FRANCISCO JOSÉ HERCULANO** do Quadro de Pessoal da UAP/ABC.

III - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 23 de setembro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 109 , DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

I - Instituir Comissão Técnica Especial para elaborar e implantar o acesso pleno à rede local do Senado Federal através de VPN (Virtual Private Network) – Rede Virtual Privada.

II - Designar para compor a referida Comissão os servidores **AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR**, matrícula 538, **ERALDO PAIVA MUNIZ**, matrícula 520, **FÁTIMA NAZARÉ BARROSO SIMÕES**, matrícula 252, ocupantes do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, **CLÉVERSON SILVA,** matrícula 481, **PAULO DE MORAES NUNES**, matrícula 521, **DEOMAR ROSADO**, matrícula 484, **PAULO CÉSAR DE ARAÚJO REGO**, matrícula 491, ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN e **JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO**, matrícula 3290, do Quadro de Pessoal da SEEP.

III - Designar o servidor **AIRES PEREIRA DAS NEVES JUNIOR,** para presidir os trabalhos, o servidor **CLÉVERSON SILVA**, para substituí-lo em seus afastamentos e impedimentos e a servidora **FÁTIMA NAZARÉ BARROSO SIMÕES**, para secretariar.

IV- Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 25 de setembro de 2002 para conclusão dos trabalhos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 27 de Setembro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 110, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

I - Instituir Comissão Técnica Especial com o objetivo de planejar e implementar as ações voltadas para a chegada dos novos Senadores.

II - Designar para compor a referida Comissão os servidores **ADOLFO DE MELLO JÚNIOR**, mat. 350, **CYRO DA COSTA BASTOS**, mat. 029, **EDER RODRIGUES DA SILVA**, mat. 525, **MARIA CECILIA SCOFANO,** mat. 226, **MARCELO SOUTO ABRANTES**, mat. 134, **LILIANE SANTOS DA SILVA,** mat. 392, **ELIZABETH BELLEZA CORTES,** mat.539, **SILVERIO FRANCISCO DE OLIVEIRA ROSENTHAL**, mat. 482, ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, **ANÍSIO FRANCISCO NERY JÚNIOR,** mat. 398, **GALILEO NASCIMENTO FILHO**, mat. 377, **ROSEMARY SCHIETTI ASSUMPÇÃO,** mat. 408, **JOSÉ CARLOS ABREU MURICY,** mat. 496, ocupantes do cargo de Técnico de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN .

III - Designar o servidor **CYRO DA COSTA BASTOS,** para presidir os trabalhos e a servidora **ROSEMARY SCHIETTI ASSUMPÇÃO**, para substituí-lo em seus afastamentos e impedimentos.

IV- A referida Comissão Técnica Especial deverá ter seus trabalhos concluídos em 30 de março de 2003.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 04 de outubro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 111 DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **CRISTOVÃO DE ARAUJO COSTA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 225, para Gestor Titular e, como substituto, o servidor **MARCO ANTÔNIO MOTTA DE SOUZA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 560, do Contrato nº 038/2002 celebrado entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e a empresa **NEW SHOP INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 11 de outubro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 112 DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar para compor a Comissão Técnica Especial, instituida pelo Ato do Diretor-Executivo nº 110, de 2002, o servidor **RICARDO AUGUSTO DE SOUZA CAMPOS**, matrícula 379, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 11 de outubro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 113, DE 2002.

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão Especial constituída pelo Ato do Diretor-Executivo nº 29, de 2002, para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 11 de outubro de 2002

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 114, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **EDUARDO FERRAZ DOS SANTOS**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 565, para Gestor Titular e, como substituto, o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 559, do Contrato nº 46/2002 celebrado entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e a empresa **SYMMETRY INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 18 de outubro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 115 DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ANTONIO LUIS BARBOSA XAVIER,** Técnico de Informática Legislativa, matrícula 338, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **MANOEL EDUARDO DE CARVALHO NETO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 167, do Contrato nº. 64/2002, celebrado entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e a **RADIAÇÃO TELECOMUNICAÇÕES E TRANSMISSÃO DE DADOS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 29 de outubro de 2002.

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 116, de 2002.

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º **Designar** para compor a Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato do Diretor-Executivo nº 109 de 2002 o servidor **PAULO TOMINAGA**, matrícula 545, Técnico de Informática Legislativa, e **PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES LEÃO VELOSO**, matrícula 237, Analista de Informática Legislativa, ambos do quadro de pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, e **dispensar** o servidor **JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO**, matrícula 3290, do Quadro de Pessoal da SEEP, da referida comissão.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 29 de outubro de 2002

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 117 de 2002.

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal n.º 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (SESSENTA) dias a Comissão Técnica Especial constituída pelo Ato nº 108, de 2001, a partir de 08 de outubro de 2002 para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 06 de novembro de 2002.

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 118 , de 2002.

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal n.º 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias a Comissão de Sindicância constituída pelo Ato nº 79, de 2002, a partir de 08 de novembro de 2002 para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 06 de novembro de 2002.

MÁRIO LUCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 119, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 412/02-3, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ CARLOS ABREU MURICY**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 496, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **ANTONIO VIEIRA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 328, do Contrato nº. 40/2002, celebrado entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e **a NET BRASÍLIA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 06 de novembro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN

Nº 120, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 7º do Ato do Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen **Nº 03, de 2002, RESOLVE**:

Art. 1º - Tornar público, na forma do Anexo, o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores do PRODASEN realizadas de acordo com o Art. 1º do Ato do Presidente do Conselho de Supervisão Nº 03, de 2002.

Art. 2º - Ratificar o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Ato nos Quadros de Aviso do PRODASEN, para que o servidor possa recorrer do resultado de sua avaliação.

Art. 3º - Conceder **Promoção por Mérito** aos servidores que obtiveram conceito **"Suficiente"** na Avaliação de Desempenho, de acordo com o Anexo a este Ato, de conformidade com o disposto nos Arts. 1º e 5º do Ato nº 03, de 2002.

Art. 4º - Fixar a data de 1º de janeiro de 2002 para vigência dos efeitos financeiros da Promoção por Mérito, na forma do que determina o Art. 26, da Resolução nº 51, de 1993, combinado com o Art. 6º do Ato nº 03, de 2002, do Conselho de Supervisão do PRODASEN.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 07 de novembro de 2002.

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

RELAÇÃO DOS SERVIDORES SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, RELATIVA AO PERÍODO DE 01/01/2001 A 31/12/2001

CATEGORIA FUNCIONAL:

TÉCNICO DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA

CONCEITO: SUFICIENTE

Do Padrão M 29 para o Padrão M 30

SERVIDOR	MATRÍCULA
1. Ronaldo Luiz Leite Oliveira	383

Brasília, 07 de novembro de 2002.

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 121 , DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar para compor a Comissão Técnica Especial, instituida pelo Ato do Diretor-Executivo nº 70, de 2002, o servidor **JOSÉ SALO REIMAN**, matrícula 497, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 2002.

Diretoria-Executiva, 14 de outubro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 122 de 2002.

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 182 (cento e oitenta e dois) dias, a Comissão Especial de Consultoria Organizacional da DAF e CON/NJU, constituída pelo Ato nº 29 de 2002, a partir de 13 de novembro de 2002, para conclusão dos trabalhos

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, em 21 de novembro de 2002

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 123 , DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo 001018/02-7, **RESOLVE**:

I - Instituir Comissão Técnica Especial para proceder a revisão de Tabela de Treinamento atual e elaborar e implantar o Plano de Treinamento dos Servidores do Prodasen para 2003.

II - Designar para compor a referida Comissão os servidores **LUIZ EDUARDO DA SILVA TOSTES**, matrícula 479, **PATRÍCIA ARAUJO DA CUNHA**, matrícula 373, **JOSÉ AUGUSTO PARREIRA DE OLIVERA**, matrícula 446, **SILVIA REGINA MARQUES MAGALHÃES**, matrícula 342, **FRANCISCO JOSÉ FIUZA LIMA**, matrícula 452, **ROBSON AURELIO NÉRI**, matrícula 507, **LUIZ FLÁVIO BRANT DE MORAES E SILVA**, matrícula 551, **MARCELLO VAVALLO**, matrícula 543, **CARLOS EDUARDO BORATTO POSTIGA**, matrícula 477, ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa, e **VICTOR GUIMARÃES VIEIRA**, matricula 229, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, todos do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN , para integrarem a referida comissão.

III - Designar o servidor **LUIZ EDUARDO DA SILVA TOSTES,** para presidir os trabalhos, a servidora **PATRICIA ARAUJO DA CUNHA**, para substituí-lo em seus afastamentos e impedimentos e a servidora **SILVIA REGINA MARQUES MAGALHÃES** para secretariar.

IV – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias a partir de 20 de novembro de 2002 para a conclusão dos trabalhos.

V- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 26 de novembro de 2002.

MARIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 124, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 215/02-3, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **PAULO DE MORAES NUNES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 521, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **PAULO CÉSAR DE ARAÚJO REGO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 491, do Contrato nº. 65/2002, celebrado entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e a **TRUE ACCESS CONSULTING LTDA.**

.

.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 26 de novembro de 2002.

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 125 , DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º Instituir Comissão Técnica para proceder a análise econômico-financeira das propostas apresentadas à Concorrência nº 04/2002.

Art. 2º Designar para compor a referida Comissão os servidores **LOISIO JOSÉ DOS SANTOS**, matrícula 066, Analista de Informática Legislativa, **RAQUEL FERREIRA REIS E SILVA,** matrícula 374, Técnica de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN e **JOSÉ LUIZ DE ARAÚJO**, matrícula 2883, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Art. 3º Fixar o prazo de vigência da Comissão até a conclusão do procedimento licitatório.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 27 de novembro de 2002.

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO Nº 126, DE 2002

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 382/02-7, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ CARLOS PEDROSA BETÔNICO,** Técnico de Informática Legislativa, matrícula 073, para Gestor Titular, e como substituta a servidora **MARIA ABADIA VIEIRA DORNAS**, Técnica de Informática Legislativa, matrícula 062, do Contrato nº. 68/2002, celebrado entre o **Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN** e a **MULTH-TEC ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Executiva, 28 de novembro de 2002.

MÁRIO LÚCIO LACERDA DE MEDEIROS
Diretor-Executivo

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL - Antonio Carlos Júnior
PFL - Waldeck Ornelas
PFL - Paulo Souto

RIO DE JANEIRO

BLOCO - Artur da Távola (PSDB)
BLOCO - Geraldo Cândido (PT)
BLOCO - Roberto Saturnino (PT)

MARANHÃO

PFL - Bello Parga
PFL - Edison Lobão
PMDB - João Alberto Souza

PARÁ

PSB - Ademir Andrade
PMDB - Fernando Ribeiro
PMDB - Luiz Otávio

PERNAMBUCO

PTB - Carlos Wilson
BLOCO - Roberto Freire (PPS)
PFL - José Jorge

SÃO PAULO

BLOCO - José Serra (PSDB)
PFL - Romeu Tuma
BLOCO - Eduardo Suplicy (PT)

MINAS GERAIS

PFL - Francelino Pereira
PTB - Arlindo Porto
PL - José Alencar

GOIÁS

PMDB - Mauro Miranda
PMDB - Iris Rezende
PMDB - Maguito Vilela

MATO GROSSO

PMDB - Carlos Bezerra
PFL - Jonas Pinheiro
BLOCO - Antero Paes de Barros (PSDB)

RIO GRANDE DO SUL

BLOCO - Emilia Fernandes (PT)
BLOCO - José Fogaça (PPS)
PMDB - Pedro Simon

CEARÁ

BLOCO - Lúcio Alcântara (PSDB)
PMDB - Sérgio Machado
BLOCO - Reginaldo Duarte (PSDB)

PARAÍBA

PTB Wellington Roberto
BLOCO - Ronaldo Cunha Lima (PSDB)
PMDB - Ney Suassuna

ESPÍRITO SANTO

PMDB - Luiz Pastore
BLOCO - Ricardo Santos(PSDB)
PSB - Paulo Hartung

PIAUÍ

BLOCO - Freitas Neto (PSDB)
BLOCO - Benício Sampaio (PPB)
PMDB - Alberto Silva

RIO GRANDE DO NORTE

BLOCO - Geraldo Melo (PSDB)
PFL - José Agripino
PTB - Tasso Rosado

SANTA CATARINA

PMDB - Casildo Maldaner
PFL - Geraldo Althoff
PFL - Jorge Bornhausen

ALAGOAS

PMDB - Renan Calheiros
BLOCO - Teotônio Vilela Filho(PSDB)
BLOCO - Heloísa Helena (PT)

SERGIPE

PSB - Antonio Carlos Valadares
BLOCO - José Eduardo Dutra (PT)
PFL - Maria do Carmo Alves

AMAZONAS

PFL - Bernardo Cabral
PDT - Jefferson Péres
PMDB - Gilberto Mestrinho

PARANÁ

PDT - Osmar Dias
PMDB - Roberto Requião
- Olivir Gabardo

ACRE

BLOCO - Marina Silva (PT)
PMDB - Nabor Júnior
BLOCO - Tião Viana (PT)

MATO GROSSO DO SUL

BLOCO - Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB - Ramez Tebet
PMDB - Juvêncio da Fonseca

DISTRITO FEDERAL

PFL - Lindberg Cury
PDT - Lauro Campos
PMDB - Valmir Amaral

TOCANTINS

PTB - Carlos Patrocínio
PFL - Leomar Quintanilha
BLOCO Eduardo Siqueira Campos (PSDB)

AMAPÁ

PMDB - Gilvam Borges
PDT - Sebastião Rocha
PMDB José Sarney

RONDÔNIA

BLOCO - Chico Sartori (PSDB)
PFL - Moreira Mendes
PMDB - Amir Lando

RORAIMA

PMDB - Marluce Pinto
BLOCO - Romero Jucá (PSDB)
PFL - Mozarildo Cavalcanti

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo[1]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA **Deputado JUTAHY JÚNIOR** (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	**LÍDER DA MAIORIA** **Senador RENAN CALHEIROS** (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA **Deputado JOÃO PAULO** (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	**LÍDER DA MINORIA** **Senador EDUARDO SUPLICY** (Bloco PT/PPS-SP)[2] Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE **DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** **Deputado ALDO REBELO** (Bloco PSB/**PCdoB**-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	**PRESIDENTE** **DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** **Senador JEFFERSON PÉRES** (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

[1] Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

[2] Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO[1] **Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em setembro de 2002

Nota:

[1] Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca [1]
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
PMDB						
Juvêncio da Fonseca [2]	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291		2. (vago) [3]		
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Mariuce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Geraldo Althoff [4]	SC	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) [5]	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) [6]		
Bello Parga [7]	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	6618		4. Jonas Pinheiro	MT	6671
Bloco (PSDB/PPB)						
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) [8]	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) [9]	PI	3085		3. (vago) [10]		
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) [11]						
Heloísa Helena (PT)	AL	3107		1. Marina Silva (PT)	AC	2193
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PSB) [12]	ES	1129
PSB						
Roberto Saturnino (PT) [13]	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051

Atualizada em outubro de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

[1] Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

[2] Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

[3] Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

[4] Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

[5] Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

[6] Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

[7] Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

[8] Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

[9] Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

[10] Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

[11] Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

[12] Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

[13] Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição [1]

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(Vago) [2]	1º Corregedor Substituto
(Vago) [3]	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:
[1] Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.
[2] Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.
[3] Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001

PROCURADORES [1]

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1126
Gerson Camata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (PSDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos [2]	TO	4070
PDT [3]		
Jefferson Péres	AM	2061

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:
[1] Designados em 27.06.2001.
[2] Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 6/3/2002).
[3] O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÁO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:

CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)

CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)

CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)

CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 30.7.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	1403/3203	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	3 – Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 – Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 – Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Bello Parga	MA		3 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 – Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 – Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 – Benício Sampaio	PI	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 – Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607 2013/2014	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 – Jefferson Péres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 – Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 18/11/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO	PR- 2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE	GO- 2032/2033
TITULARES		**SUPLENTES**	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		**SUPLENTES**	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		**SUPLENTES**	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO	MG- 2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001

REUNIÕES: **SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

SECRETÁRIO: **☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255**

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605 **E-MAIL:** dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344 **ATUALIZADA EM: 22.02.2002**

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 - José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 - Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Olivir Gabardo	PR	3206/3207
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Vago			Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	*AC*	*2186/2189*	*2 – Heloísa Helena*	*AL*	*3197/99*
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	*PA*	*2101/2109*	*1 – Vago*		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas–feiras às 14:00 horas Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: José Roberto A. Cruz Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515 Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br Atualizada em: 22/11/2002

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB	
Marluce Pinto	**RR – 1301/4062**
Valmir Amaral	**DF – 4064/4065**
PFL	
Geraldo Althoff	**SC – 2041/2047**
Maria do Carmo Alves	**SE – 4055/4057**
BLOCO PSDB/PPB	
VAGO	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Heloísa Helena	**AL – 3197/3199**
Emilia Fernandes	**RS – 2331/2337**
PDT	
Sebastião Rocha	**AP – 2241/2247**

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	**MT – 1128/1129**
MARLUCE PINTO	**RR – 1301/4062**
PFL	
MARIA DO CARMO ALVES	**SE – 4055/4057**
WALDECK ORNELAS	**BA – 2211/2217**
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)	**TO – 2071/2072**
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)	
HELOÍSA HELENA	**AL – 3197/3199**
EMILIA FERNANDES	**RS – 2331/2337**
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	**AP – 2241/2247**

(1) Desfiliou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001

2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

PMDB	
Marluce Pinto	**RR – 1301/4062**
Gilvam Borges	**AP – 2151/2157**
João Alberto Souza	**MA – 4073/4074**
PFL	
Geraldo Althoff	**SC – 2041/2047**
VAGO	
BLOCO PSDB/PPB	
Benício Sampaio	**PI – 3085/3086**
Freitas Neto	**PI – 2131/2137**
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Tião Viana	**AC – 3038/3493**
PDT	
Sebastião Rocha	**AP – 2241/2247**

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Mauro Miranda	**GO – 2095/97**	**1. Casildo Maldaner**	**SC – 2141/47**
Juvêncio da Fonseca	**MS – 1128/29**	**2. Vago**	
PFL			
Lindberg Cury	**DF – 2012/15**	**1. Paulo Souto**	**BA – 3173/75**
Maria do Carmo Alves	**SE – 4055/57**	**2. Waldeck Ornelas**	**BA – 2211/17**
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		**1. Vago**	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes	**RS – 2331/37**		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	**AP – 2241/47**
PSB			
Ademir Andrade	**PA – 2101/2109**	**1. Vago**	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL
Vice-Presidente: OSMAR DIAS
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Luiz Pastore	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Olivir Gabardo	PR	3206/3207	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
Secretária: Gildete Leite de Melo
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 22/11/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB – 3	
PFL - 2	
BLOCO PSDB/PPB - 1	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1	

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada **Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.**
Aprovado em 15/12/1999.

- ***Retirada as indicações pelas Lideranças***
- ***em 6 e 13.9.2000.***

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Luiz Pastore	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Magulto Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 - Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 –Olivir Gabardo	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002
(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas–feiras às 14:00 horas — Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares — Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604 — FAX: 311-3121 — Atualizado: 22/11/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB
VAGO
VAGO
VAGO

PFL
VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB
VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)
VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br **ATUALIZADA EM:**

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
PDT			

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.
(2) Desfiliou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.
(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

(BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ª **FEIRA ÀS HORAS**

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006

FAX: 311-3121/ 1319

ATUALIZADA EM: 16/05/02

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006

FAX: 311-3121/ 1319

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Olivir Gabardo	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546

Atualizada em :22/11/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI
Presidente: ALBERTO SILVA
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Luiz Pastore	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Vago			4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070//4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001
(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002
(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)
Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno) Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa
Secretário: Celso Parente Telefone da Sala de Reunião: 311-3292
Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354 Fax: 311-3286
Atualizada em : 22/11/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
	PMDB		
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
	PFL		
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
	BLOCO PSDB/PPB		
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)		
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
	PDT		

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607
FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292
ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO

Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519
(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060
Atualizada em : 31/10/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfiliou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.
(2) Filiou-se ao PPB.
(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.
(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém,
pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:
SECRETÁRIO:JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	**UF**	**GAB**	**FONE**	**FAX**	**NOME**	**UF**	**GAB**	**FONE**	**FAX**
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	**UF**	**GAB**	**FONE**	**FAX**	**NOME**	**UF**	**GAB**	**FONE**	**FAX**
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - **FAX:** (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

EDIÇÃO DE HOJE: 84 PÁGINAS